

## SUMÁRIO

Introdução.....	p. 2
A profissionalização do economista.....	p. 5
A fundação dos órgãos de representação em Minas.....	p. 12
Consolidação do patrimônio das entidades.....	p. 18
Tempos de mudança: o Movimento de Renovação dos Economistas.....	p. 21
O Conselho Regional dos Economistas em Minas Gerais.....	p. 29
A Casa do Economista.....	p. 35
Prêmio Minas de Economia.....	p. 47
A imprensa da Casa do Economista.....	p. 50
Considerações Finais.....	p. 55
Anexos.....	p. 61

## INTRODUÇÃO

Resgatar a memória da Casa do Economista de Minas Gerais tem, como fim último, a preservação da sua identidade. Sendo uma entidade que agrega os anseios e perspectivas de cada economista mineiro, remontar a sua história é de certa forma proceder ao registro da vida profissional desses economistas, no que diz respeito às dificuldades enfrentadas no dia a dia do exercício da profissão, e ainda às conquistas acumuladas ao longo do tempo. Este trabalho parte do pressuposto que tal decisão - a de recuperar a memória dos economistas de Minas - é um passo importante para a afirmação da identidade desses profissionais, através de seus órgãos de representação.

Uma instituição que se preocupa com sua história pode preparar, através da análise do passado e do presente, com maior convicção, as diretrizes que irão norteá-la, a longo ou médio prazo. Através da recuperação histórica se pode aquilatar sua importância e representatividade em relação à sociedade e aos seus filiados, bem como entender a atuação das entidades frente às variadas conjunturas do Brasil republicano.

Nesse sentido, a Casa do Economista, enquanto uma entidade que representa as aspirações de uma categoria profissional, se torna precursora de trabalhos desse tipo no Estado de Minas Gerais. Importante assinalar a sensibilidade da gestão de Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos no CORECON, que ao contratar junto à Universidade Federal de Minas Gerais uma pesquisa deste feitio, demonstrou a viabilidade de convênios e a importância da extensão universitária. Projetos desse tipo não apenas valorizam a Universidade como possibilitam o cumprimento de seu papel junto à comunidade.

O primeiro passo dessa pesquisa consistiu em conhecer todo o acervo documental da instituição, fazendo uma análise cuidadosa de seu conteúdo, tendo em vista os mais variados fins: inserção política do CORECON, SINDECON e SEMG, de acordo com as diferentes conjunturas; reivindicações da categoria; preocupação com a ética e a fiscalização da profissão; movimento de instalação de Delegacias Regionais do Conselho; a dinâmica do movimento de renovação dos economistas; entre outros.

Em uma segunda etapa, foram realizadas entrevistas com os ex-presidentes das três entidades, com os atuais funcionários da Casa e com os gerentes-executivo que ali trabalharam. Estas entrevistas tiveram o intuito de complementar as informações obtidas através dos documentos e de deixar registrado o depoimento de economistas que em muito contribuíram para a solidificação da Casa do Economista enquanto órgão de efetiva representação da categoria, seja na promoção de eventos que questionavam a realidade da economia brasileira, seja na institucionalização das entidades, que buscavam fortalecer o campo de atuação do economista.

As entrevistas foram 33 no total, perfazendo algo em torno de 22 horas gravadas. Interessante notar que os economistas aceitaram prontamente responder às questões elaboradas, e as lembranças suscitadas emocionaram aqueles envolvidos com a história da Casa. O momento da entrevista se tornou, assim, um acontecimento, e para muitos, pensar a trajetória da profissão e suas entidades de representação significou uma nova forma de perceber, até mesmo, a contribuição das experiências individuais neste processo.

Outro procedimento da pesquisa foi a elaboração de questionários, dirigidos à categoria de maneira geral (e que foi enviado junto do Agenda Econômica como garantia de seu recebimento), e especialmente, aos alunos de economia formandos de 1996, aos coordenadores de cursos de economia das faculdades de Belo Horizonte e do interior do estado, e aos delegados regionais. A intenção foi atingir o maior número possível de economistas o que, a nosso ver, tornaria possível uma avaliação mais aproximada do conjunto da categoria. As respostas aos questionários, acrescentadas à nossa análise da documentação de arquivo, e às entrevistas, constituíram-se em material precioso para uma avaliação da situação atual e das perspectivas futuras das entidades.

Quanto ao acervo da Casa do Economista, em linhas gerais se observa que o estado de conservação dos documentos que o compõem é razoável, e que houve uma preocupação em sistematizá-los tematicamente e acondicioná-los em caixas. Dadas as condições do acervo, fica a sugestão de uma nova organização, a ser feita por especialistas, que, baseados em critérios técnicos, poderiam organizá-lo e acondicioná-lo de maneira apropriada, de acordo com

as exigências técnicas mais atuais. Também com relação ao acervo de fotos, cujas condições de acondicionamento são bastante mais precárias, já encaminhamos sugestão ao atual presidente do CORECON de contratar os serviços de um especialista a fim de organizá-lo e acondicioná-lo corretamente.

A análise dos documentos aponta uma significativa diferença, em termos quantitativos, entre o acervo do Conselho, da SEMG e do Sindicato. O número de documentos referentes ao Conselho é consideravelmente superior aos referentes às outras duas entidades. Este fato se deve à própria natureza do CORECON: uma autarquia federal em regime especial, autônoma, que tem sua contas fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União. Mas graças também ao recurso das entrevistas e da ajuda dos entrevistados, que concederam parte de seus acervos particulares, foi possível recuperar a trajetória da SEMG e um pouco a do SINDECON.

Esta pesquisa deu origem a uma exposição ocorrida em dezembro de 96, na confraternização de final de ano, em que foram selecionadas fotografias e uma documentação variada que atestaram os acontecimentos marcantes na história da Casa. O objetivo da exposição foi apresentar para o público interessado as fontes utilizadas em um trabalho de história de uma instituição, e permitir a fruição daqueles que há muito tempo não tinham a oportunidade de rever fatos, fotos e momentos marcantes da história das entidades. Na ocasião foram inauguradas três placas comemorativas, uma de cada entidade, com os nomes dos economistas que foram presidentes e vice-presidentes, como forma de reconhecimento à dedicação com que estes profissionais se envolveram com a construção da identidade da categoria.

Este trabalho só foi possível graças à contribuição de algumas pessoas que, sensíveis ao seu propósito, forneceram informações valiosas para a reconstituição da memória da Casa. A atenção e a presteza com que Luci Rodrigues Pedrosa Canals, Rodrigo Barroso Fernandes, Admardo Terra Caldeira, Mário Guimarães Nunes Pinto, Rosália Souza Toscano, Edson Ferreira de Medeiros atenderam nossos pedidos de ajuda, foi fundamental para que pudéssemos desvendar a complexidade da história das entidades. À Dona Darci, o nosso agradecimento especial pelo carinho e a atenção constante e zelosa. Agradecemos ainda a competência e dedicação de Marina Mônica de Freitas, na transcrição e digitação das entrevistas.

Este trabalho, resultado de 6 meses de pesquisa, é uma das versões possíveis da história da Casa do Economista. Esperamos que os economistas possam se reconhecer em meio à história contida nos arquivos da instituição e na forma como ela aqui está narrada. A pesquisa histórica, em sua singularidade, pressupõe o lugar de onde fala o historiador e sua capacidade de dialogar com as fontes. Por isso, entendemos que um trabalho de história não se esgota nunca.

O historiador traz à tona a dinâmica do que foi vivido e do que está contido em documentos diversos. Sob o prisma do presente, ele procede a uma investigação que privilegia determinados registros. A forma de organizar e de conferir coerência a esses registros é o que particulariza o seu trabalho. O historiador se torna assim, um intermediário do passado, com o posicionamento do presente. Neste sentido, este trabalho deve ser visto como uma versão da história da Casa do Economista.

### **A profissionalização do economista**

A lei federal que regulamenta a profissão do economista é de número 1.411, de 13 de agosto de 1951. Antes disso, até a década de 40, existia no Brasil o curso de Ciências Atuariais, cujo conteúdo programático tangenciava, sobretudo no tocante às disciplinas de caráter mais prático, os hoje conhecidos cursos de Ciências Econômicas.

As primeiras turmas de formandos em Economia remontam ao início da década de 40. Como se vê, somente após alguns anos de formatura dos primeiros economistas brasileiros, é que se regulamentou sua profissão, no quadro das profissões liberais. Esta lei ainda hoje é a que norteia o exercício profissional da economia para bacharéis e habilitados em Ciências Econômicas. Para aqueles profissionais, oriundos de cursos assemelhados, como é o caso do de Ciências Atuariais, o decreto 31.794/52 possuía dispositivo que permitiu, no ano seguinte da lei 1.411, o registro nos Conselhos de Economistas Profissionais.

Regulamentar a profissão neste momento significava o reconhecimento da cidadania, pois a lei, baseada no decreto-lei 5.452 de 1º de maio de 1943, de Consolidação das Leis do Trabalho, ia ao encontro da política econômico-social do pós-30, solidamente institucionalizada e que vigeu, na sua essência, até o golpe militar de 1964. A política implementada logo no início do Estado Novo reconhecia o direito dos cidadãos através do reconhecimento do direito das profissões. E as profissões existiam via regulamentação estatal. Esse dispositivo institucional é analisado por Wanderley Guilherme dos Santos, que o denomina “cidadania regulada”. Diz o autor:

*“Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações **reconhecidas e definidas** em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por extensão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei.”(p.68)*

Desta maneira, a profissão do economista se torna efetiva, auferindo condições de negociação e de reivindicações baseadas em parâmetros legais, e com a afirmação da profissão do economista junto às demais.

A lei 1.411, tratando do exercício da profissão do economista, define seu campo de atuação, de acordo com os artigos terceiro e quinto:

*“Art. 3. Para o provimento e exercício de cargos técnicos de economia e finanças, na administração pública, autárquica, paraestatal, de economia mista, inclusive bancos de que forem acionistas os Governos Federal e Estadual, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público, é obrigatória a apresentação do diploma de bacharel em Ciências Econômicas, ou título de habilitação... (vetado) ... respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos.*

*Parágrafo único. A apresentação de tais documentos não dispensa a prestação do respectivo concurso, quando este for exigido para o provimento dos mencionados cargos.*

*Art. 5. É facultada aos bacharéis em Ciências Econômicas a inscrição nos concursos para provimento das cadeiras de Estatística, de Economia e de Finanças, existentes em qualquer ramo de ensino técnico ou superior e nas dos cursos de ciências econômicas.”*

A lei de 1951 regulamentou também o Conselho Federal de Economistas Profissionais (CFEP) e Conselhos Regionais de Economistas Profissionais (CREP) que, constituídos autarquias vinculadas ao Ministério do Trabalho, deveriam fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício da profissão. As atribuições destes Conselhos Regionais e do Conselho Federal, a constituição de suas rendas, a expedição da carteira profissional e penalidades às infrações também foram objeto de apreciação da lei, sancionada por Getúlio Vargas.

Logo no ano seguinte, a 17 de novembro de 1952, o decreto n. 31.794 dispôs sobre a regulamentação da profissão do economista. Em essência, este decreto, assinado por Vargas e seu Ministro de Estado dos Negócios de Trabalho, Indústria e Comércio, Segadas Viana, detalhava e aprofundava as determinações contidas na lei 1.411/51.

A divisão de seus títulos e capítulos fornece elementos para avaliar o nível de detalhamento. Em seu título I, que trata da profissão do economista, são 5 os capítulos: do economista; do campo profissional; da atividade profissional; da sociedade entre profissionais e do exercício profissional. O título II dispõe sobre o Conselho Federal de Economistas Profissionais e seus capítulos são assim divididos: da constituição, fins, sede e foro do CFEP; do mandato dos membros do CFEP; das eleições para a renovação do terço e das substituições dos Conselheiros; da organização do Conselho Federal; das atribuições; da renda e do presidente. O título III trata dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais e os capítulos são três: da organização e da jurisdição; das atribuições; das rendas.

Por fim, no título IV , que trata das disposições gerais e transitórias, os capítulos dispõem sobre as atribuições e competências dos Conselheiros; o registro e a carteira de identidade profissional; a habilitação do economista; as

penalidades e a cooperação dos órgãos públicos - notadamente entidades sindicais e autarquias em cooperação com o CFEP e o CREP, “na divulgação da técnica e dos processos de racionalização econômica do país”. (art. 51)

O Código de Ética Profissional do Economista foi aprovado pela Resolução n. 283, de 12 de setembro de 1968. O seu artigo primeiro esclarece que : *“O Código de Ética Profissional do Economista tem por objetivo indicar normas de conduta que devem inspirar as atividades profissionais, regulando suas relações com a classe, os poderes públicos e a sociedade”*. O Código previa os deveres fundamentais dos economistas bem como as atitudes que contrariavam a ética profissional, além de reger sobre os honorários do trabalho do economista, as relações entre os colegas, os procedimentos no setor público e privado. Tais preceitos sempre tiveram como base, como consta do artigo terceiro do Código, *“a honestidade, a perfeição e o respeito a legislação vigente”*. O economista deveria também *“conservar e dignificar a profissão a que pertence no seu mais alto título de honra, tendo sempre em vista a elevação moral e profissional de classe”*. (art. 2)

Esta resolução, de 1968, correspondia à época a uma tentativa de fortalecimento da classe, em que se previam condutas para dar um sentido de corpo à relativamente recente profissão. Por se tratar de um código de ética, os valores, a moral, a qualificação estão sempre presentes nos 12 artigos que o compõem.

No caso do CORECON-MG, o Código nunca propiciou qualquer deliberação punitiva, embora em alguns casos ele tenha chegado a ser acionado.

Atualmente as preocupações no tocante à categoria são outras e desde alguns anos os economistas, através de suas entidades, Encontros e Congressos têm feito um esforço para reestruturar o Código. Tal esforço culminou, em julho de 1996, no *Simpósio dos Conselhos de Economia*, realizado em Gramado, na aprovação do novo Código de Ética dos Economistas, através da Resolução.....

Outras leis e resoluções iriam alterar alguns dispositivos da lei 1.411, de 13/08/51, mas sempre utilizando-a como parâmetro, o que significa dizer que a essência da lei se mantém. As modificações foram feitas para adequar a 1.411 às diferentes conjunturas. A lei seguiu, assim, as constantes mudanças

que marcaram a segunda metade do século. Por exemplo, a atualização dos valores das anuidades, taxas e multas; a alteração da denominação dos Conselhos Federal e Regional compõem a lei n. 6.021, de 06 de janeiro de 1974. É nesse momento que a nomenclatura do então Conselho Federal de Economistas Profissionais foi alterada para Conselho Federal de Economia (COFECON) e o Conselho Regional de Economistas Profissionais dá lugar ao Conselho Regional de Economia (CORECON).

A Resolução n. 392, de 19 de fevereiro de 1970 também é interessante por fixar a data de 13 de agosto para comemorar o Dia do Economista. Esta data, motivo de muitas piadas entre os economistas por popularmente estar relacionada à idéia de má sorte, mau agouro, foi escolhida em função da data em que foi sancionada a lei 1.411. Justamente o dia 13 de agosto de 1951. A comemoração, que já ocorria em algumas entidades de classe, se institucionalizou. Vale ressaltar o artigo segundo da resolução 392/70, que determina:

*“Art. 2. O ‘Dia do Economista’ deverá ser comemorado anualmente, aproveitando-se da oportunidade para dar ampla divulgação do trabalho realizado pelos economistas e pelas suas entidades”.*

Um outro exemplo com o qual se verifica a adequação às novas realidades, é a resolução n. 860, de 02 de agosto de 1974, usando as atribuições legais conferidas pela Lei n. 1.411 que conceitua, define, classifica e regulamenta os serviços profissionais do Economista. As atividades são pertinentes ao planejamento, projeção, programação e análise econômico-financeira de investimentos e financiamentos de qualquer natureza; estudos, análises e pareceres pertinentes à macro e micro economia; perícia, avaliações e arbitramentos; e outros desdobramentos. Em cada ítem destas atividades constam, na resolução, os tipos de trabalhos que poderão ser executados. A definição do campo de atuação dos economistas sempre foi objeto de preocupação dos Conselhos. Há uma chamada “área cinzenta” de atuação que ainda não é muito bem definida por esbarrar em outras profissões afins à economia, como a administração de empresas e a contabilidade. E esta “área” até hoje, tem se mantido como um problema para os Conselhos das referidas profissões, no que tange à fiscalização do exercício da profissão.

A Lei n. 6.537, de 19 de junho de 1978, considera o COFECON e os CORECON's autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público. De acordo com o artigo primeiro: *“Os conselhos, referidos no caput deste artigo, terão autonomia administrativa e financeira e constituem serviço público federal, gozando os seus bens, rendas e serviços de imunidade total.”* Assim, a autonomia dos Conselhos se transforma em lei, embora ainda sob a tutela do Ministério do Trabalho, prestando contas ao Tribunal de Contas da União. Esta Lei altera ainda dispositivos da 1.411/51 sobre eleições e mandatos dos conselheiros.

Neste amplo espectro da legislação que rege os Conselhos, a resolução n. 2 de 28 de junho de 1952 criou os 4 primeiros Conselhos Regionais de Economistas, sendo que a primeira região com sede no Rio de Janeiro, englobava o Distrito Federal e os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Os economistas mineiros, naquela época, tinham de recorrer ao RJ em qualquer questão relacionada ao Conselho. É ressaltado nesta resolução que a base territorial dos Conselhos Regionais poderia sofrer alterações com a aprovação do Conselho Federal, “sempre que as circunstâncias aconselhassem” (art. 2, Resolução n. 2, de 28/06/52). Esta resolução apontava ainda normas para a composição, competência e organização dos Conselhos Regionais. No que concerne à organização, ficou estabelecido que, à maneira do Conselho Federal, os Regionais teriam como órgão deliberativo o plenário, e como órgão executivo a presidência.

---

O início da organização dos economistas, enquanto uma nova categoria profissional, remonta, em Minas Gerais, à primeira metade da década de 60. Profissão ainda bastante desconhecida, e pouco procurada, a atividade do economista não tinha uma delimitação precisa à esta época, e poucos saberiam definir as atribuições deste profissional, cujos primeiros cursos de formação foram instituídos, no Brasil, apenas na década de 40.

Em estudo recente sobre a trajetória de engenheiros e economistas, enquanto novas elites burocráticas, Angela de Castro Gomes delimita dois

momentos distintos: o primeiro, de 1930 a 1945, de criação dos cursos universitários de economia e de delimitação das fronteiras da disciplina; e o segundo, de 1945 a 1964, quando se definiu a formação acadêmica do economista e consolidou-se a percepção do saber econômico como um saber “técnico”.

Em Minas Gerais, a história da profissionalização dos economistas seguiu os mesmos passos dos demais centros urbanos brasileiros. A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais foi a quarta a ser criada no país, em 1941, tendo sido precedida apenas pela Faculdade Nacional de Economia e Política, em 1937, no Rio de Janeiro, e pelas Faculdade de Ciências Econômicas Álvares Penteado, em São Paulo, e Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, ambas em 1938.

Assim, a primeira turma de economistas formou-se, em Belo Horizonte, em 1944. A cidade, bastante jovem à época, estava habituada apenas às pompas que cercavam as formaturas dos bacharéis em Direito e Medicina, estas sim profissões valorizadas pelas elites emergentes. Ser economista era a vontade de uma minoria que, atenta às imposições dos tempos modernos, percebia a importância de uma formação intelectual que capacitasse o indivíduo a intervir nos rumos da crescente complexidade da vida econômica. Eram 13 os formandos da primeira turma de Economia, da UMG, em 1944 e entre eles, apenas uma mulher.

Em 1946, existiam em Belo Horizonte duas Faculdades de Economia, segundo carta do economista Geraldo Alves de Oliveira ao Agenda Econômica de fevereiro de 1997, quando comenta a homenagem da turma de 1946 realizada pela Casa do Economista em dezembro de 1996. Além da Faculdade de Ciências Econômicas, ligada e pertencente a antiga Faculdade do Comércio de Minas Gerais existia outra, a Faculdade de Ciências Econômicas, Administração e Finanças de Minas Gerais, ligada e pertencente a antiga Academia do Comércio de Belo Horizonte. A criação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais extinguiu as duas anteriormente existentes e considerou-se os formandos da turma de 1946 como integrantes da FACE/UFMG.

Nacionalmente, um engenheiro e um advogado, Eugênio Gudim e Octávio Gouvêa de Bulhões respectivamente, foram grandes incentivadores e esforçaram-se decisivamente para a definição de uma especialização da atividade do economista. Em Minas Gerais, nomes como os de João Franzen de Lima, Olegário M. de Oliveira, José Monteiro de Castro, Aguinaldo Sérvulo Botelho, Carlos Horta Pereira e Yvon Leite de Magalhães Pinto contribuíram desde o início para a afirmação e o fortalecimento desta atividade profissional, vista como uma habilitação necessária para preparar o país para o desempenho de um novo papel no contexto internacional. A efervescência do pensamento nacional/desenvolvimentista no Brasil, nos idos dos anos 40 e 50, foi, sem dúvida, um fator decisivo na definição desta nova atividade profissional e de seu campo de atuação, como forma de preparar as elites pensantes para intervir nos rumos do desenvolvimento do país e na conseqüente superação de uma situação de dependência legada por nossa formação histórica. A esta efervescência é preciso associar os primeiros passos da atividade profissional dos economistas, sem o que suas primeiras formas associativas não poderão ser compreendidas.

### **A fundação dos órgãos de representação em Minas**

Foi ainda no período de definição da formação acadêmica do economista, que em Minas Gerais um grupo de jovens economistas, recém formados, deu início a uma mobilização que visava a constituição de uma agremiação, de caráter civil, que congregasse os jovens profissionais da área e pudesse funcionar como um espaço de discussão, troca de idéias e experiências profissionais. Estes jovens economistas, na sua maioria ex-alunos bolsistas da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, ansiosos por participar e intervir mais efetivamente nos destinos da economia brasileira, decidiram mostrar à sociedade que sua profissão era tanto nova quanto fundamental para o futuro do país.

Desde 1959, jovens estudantes de economia, entre os quais é possível citar Admardo Terra Caldeira, Fernando Roquete Reis, Álvaro Santiago, Domingos Mendanha, Afrânio Squetino, Carlos Alberto Macedo

Rocha, Wando Pereira Borges, Milton Baeta, Flávio Raul de Araújo, Mário Guimarães N. Pinto, José Antonio e Célio Belisário, passaram a se reunir em uma república, como eram chamadas as moradias divididas por jovens do interior que vinham estudar em Belo Horizonte. É Admardo Terra Caldeira quem comenta: *“Então nós reunimos no meu apartamento ... nós tínhamos uma república naquela época, e nós reunimos no meu apartamento, um grupinho que foi, vamos chamar assim a ... o embrião da Sociedade dos Economistas.”...* *“Nós começamos a fazer um movimento de constituir uma Sociedade que começasse a valorizar a profissão do economista, que não existia.”* Segundo o mesmo depoimento a profissão de economista era praticamente desconhecida naquela época. As reuniões, que aconteciam inicialmente uma vez por semana, logo indicaram a necessidade de um local mais apropriado que a informalidade da república. Uma pequena sala, situada na Av. Amazonas esquina de Rua Tupinambás, centro da cidade, foi o local escolhido para sediar as reuniões dos jovens economistas.

Nos primeiros dois anos, a sala do Edifício Codó (Av. Amazonas, 135 - sala 1714) foi agregando mais e mais interessados. As atividades no início eram bastante diversificadas. A sala tanto dava lugar a conferências, discussão de textos e temas da economia, como também funcionava de espaço recreativo, já que os frequentadores tinham o hábito de jogar buraco (jogo de cartas), além de aproveitarem esses encontros para a troca de opiniões sobre temas de interesses geral como o futebol, por exemplo. Os pioneiros conseguiram pouco a pouco sensibilizar os futuros economistas e, conforme lembra o Dr. Admardo, os estudantes de economia, a partir do 3<sup>o</sup> ano de Faculdade, tornaram-se assíduos naquelas reuniões. Importante assinalar ainda que alguns professores da Faculdade, como era o caso da Prof<sup>a</sup>. Maria Carmem de Souza Carvalho, foram também grandes incentivadores da agremiação.

Outra tarefa a que esses economistas se dedicavam, nesses primeiros tempos da agremiação, era a de traduzir textos e livros novos de economia para ajudar na divulgação das novas idéias e teorias, porque, como lembra o Dr. Admardo, a precariedade era geral naqueles anos. *“Livro era coisa rara e cara”*, segundo este economista, e, aos poucos, foi-se constituindo uma

biblioteca para a consulta geral dos jovens estudantes e mesmo os recém-formados.

Constituída formalmente em 1961, a Sociedade de Economistas de Minas Gerais (SEMG) tinha o objetivo primordial de “pugnar pelo interesse da classe”, e, no campo da cultura profissional, promover conferências, fóruns econômicos, cursos, etc. Sua primeira diretoria foi constituída por dez economistas, entre eles, quatro professores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, três que trabalhavam na Mannesmann, um da CEMIG, um do Banco do Brasil. A Sociedade contava ainda com um Conselho Fiscal composto de seis membros. A primeira publicação da Sociedade, o Boletim da SEMG, em seu número 2, informa sobre a existência de 152 sócios naquele ano de 1961.

No ano seguinte, o nº 9, (junho/julho) da mesma publicação, faz um balanço do primeiro ano de atividades e afirma que, apesar das inúmeras dificuldades, típicas de uma agremiação no seu primeiro ano de existência, no caso da SEMG elas vinham sendo vencidas em função da colaboração dos amigos, com grande dose de idealismo e entusiasmo. *“O entusiasmo desse grupo, que não tem medido esforços, sacrificando muitas vezes seus próprios compromissos, tem mantido a Sociedade em situação invejável até mesmo por outras sociedades congêneres tradicionais”,* diz o artigo do Boletim.

Desde a sua Fundação, a Sociedade dos Economistas de Minas Gerais pôde acompanhar a projeção no cenário nacional de alguns de seus sócios fundadores, o que era motivo de orgulho de todos os companheiros. É o caso por exemplo, do economista Admardo Terra Caldeira, primeiro presidente da SEMG, convidado pelo então reitor da UNB, Darcy Ribeiro, a lecionar naquela Universidade, conforme notícia publicada em O Diário, em abril de 1962.

Membros da Sociedade ocuparam desde o início espaço na imprensa, como forma de emitir opiniões e idéias que frutificavam nas reuniões do Edifício Codó. Em 1962, por exemplo, o então presidente da SEMG, economista Admardo Terra Caldeira, deu entrevista aos jornais mineiros, comentando crítica e detalhadamente o Plano de Financiamento dos Setores Básicos da Economia Nacional, de autoria do Ministro sem Pasta, Celso Furtado. Consolidando a Sociedade dos Economistas de M G naquele ano, foi registrado um estatuto que rege as normas desta sociedade civil. Nele, as

eleições deveriam ocorrer de forma direta, entre seus membros associados. Até hoje o mandato do presidente da SEMG e de toda a diretoria é de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

O mesmo grupo que já havia criado a Sociedade (SEMG) considerou que era também muito importante para o fortalecimento da profissão a instalação em Minas Gerais de uma delegacia regional do Conselho Federal de Economia. A primeira providência foi procurar o prof. Almada Rodrigues do Conselho Federal, e pedir a instalação em Minas da delegacia, o que foi de pronto atendido, sendo os primeiros delegados Admarco Terra Caldeira (efetivo) e Mário Guimarães Nunes Pinto (suplente). Até então, o procedimento de registro dos economistas formados em Minas Gerais se fazia todo no Rio de Janeiro. Os delegados mineiros reuniam a documentação necessária, formavam os processos de solicitação do registro profissional, e os enviavam ao Rio de Janeiro, de onde era remetida a carteira registrada. Com a criação da 10ª região os registros passaram a ser feitos em Belo Horizonte, o que funcionava como um estímulo a mais para que os economistas recém formados providenciassem o quanto antes o seu registro.

Somente em 11 de junho de 1965 foi criado o Conselho Regional de Economistas Profissionais em Minas Gerais, com a Resolução n. 145. Compondo a décima região, tem sede na capital do estado. Com a implementação da regional mineira e com a sua solidificação foi aprovado o Regimento Interno do Conselho em dezembro de 1970, que trata da constituição e foro da entidade, passando pelo plenário e suas atribuições e composição, pelas tarefas do presidente e vice, até as determinações a respeito dos departamentos, das sessões, das atas, das votações e da administração do Conselho. A Lei 1411/51, tratando do processo eleitoral no Conselho dispõe que os 18 membros do CORECON (9 titulares e seus respectivos suplentes), assim como os do COFECON, são eleitos pelos representantes dos Sindicatos e das Associações de Economistas. Em MG, o Sindicato dos Economistas anualmente designava, entre os membros da diretoria, 3 representantes para eleger - por votação direta e secreta - a chapa que iria compor um terço do Plenário do Conselho. O representante deveria ser filiado à entidade e estar em dia com o pagamento das anuidades. Esta norma vigeu até meados da década de 80, quando, em meio a toda a mobilização por

eleições diretas no país, a eleição da composição do Plenário e a indicação da presidência do Conselho passou a ser feita diretamente.

A estrutura do Conselho nos seus primeiros 20 anos era a seguinte: o Plenário, composto por 9 membros efetivos e 9 suplentes, era dividido em três terços, cada um com mandato de três anos. Cada terço era eleito em um ano distinto, de tal forma que a todo ano havia eleição para renovação de um terço (seja ele o primeiro, o segundo ou o terceiro). O presidente e vice eram escolhidos entre os conselheiros efetivos em votação direta e secreta e pela maioria dos votos. Com mandato de um ano, a presidência poderia ser reeleita por mais um. Quanto aos conselheiros, não havia limites para a renovação de seus mandatos.

---

Se o debate de idéias era fértil no Brasil da primeira metade da década de 60, quando projetos e planos eram gerados no intuito de pensar alternativas de desenvolvimento para o país, também a mobilização política se intensificava. Em uma conjuntura onde crescia o debate político e a mobilização dos trabalhadores e sua conseqüente associação em sindicatos e centrais sindicais, os economistas, enquanto categoria profissional aumentavam não apenas o seu contingente, em função de um reconhecimento que pouco a pouco a profissão vinha adquirindo, como intensificavam o seu nível de organização, visto a especificidade crescente de sua atividade profissional.

Foi em 1941 que se deu a criação do primeiro Sindicato dos Economistas, no Rio de Janeiro. A ele poderiam se filiar os economistas formados ou que exercessem a profissão em outras regiões do país. Em 1965, todavia, os economistas mineiros que já haviam experimentado uma primeira forma associativa com a criação da SEMG, decidiram pela criação da Associação dos Economistas de Minas Gerais, embrião do que, em 1967 passou a se chamar Sindicato dos Economistas de Minas Gerais (SINDECON). O economista Edson Ferreira de Medeiros, formado pela UFMG em 1962 e primeiro presidente desta Associação, é quem informa sobre a decisão de criação do Sindicato em Minas Gerais. Segundo ele foram dois os

motivos básicos que levaram à criação do SINDECON - MG. O primeiro dizia respeito a um certo descontentamento com a dependência dos economistas de Minas ao Rio de Janeiro, pela sua vinculação ao Sindicato desse estado. A indicação de nomes para o Conselho Federal, feita pelo sindicato carioca, nem sempre levava em conta interesses e idéias dos economistas de MG, o que agravava a insatisfação. Em segundo lugar, a discriminação sentida pelos economistas mineiros que trabalhavam basicamente na CEMIG, empresa que naqueles anos congregava o maior número de profissionais da área em Minas Gerais. Os economistas da CEMIG sentiam, em relação aos engenheiros principalmente, uma grande diferença de tratamento, fosse nas questões salariais, ou mesmo nas possibilidades de crescimento profissional na empresa.

Sobre o processo de legalização do Sindicato, é interessante retomar a narrativa do Dr. Edson Medeiros que dá mostras das dificuldades enfrentadas junto à burocracia do Estado para a obtenção da autorização legal para a transformação da Associação de Economistas Profissionais em Sindicato dos Economistas. Segundo ele, a criação do sindicato dos economistas de MG pressupunha algumas dificuldades já que os médicos, por exemplo, que tinham uma profissão tão mais antiga quanto reconhecida, vinham, há algum tempo, tentando criar o seu sindicato e enfrentando grandes dificuldades. No caso dos economistas, foi após um contato em Belo Horizonte com o então Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que o Dr. Edson, pessoalmente, em viagem ao Rio de Janeiro, decidiu gastar algum tempo de suas férias para obter a dita autorização. Estimulado pela promessa do Ministro de auxiliar no que fosse preciso, ele foi ao Ministério diariamente, durante a sua estadia no Rio. O resultado foi, ao final das férias, a conquista definitiva da autorização, o que significou a criação do SINDECON em 1967.

Constituído o Sindicato dos Economistas, uma de suas primeiras grandes bandeiras foi a criação da lei do salário mínimo do economista. Indignados com a discriminação salarial praticada na CEMIG, os economistas desta empresa se mobilizaram através do Sindicato para formular e aprovar o projeto de salário mínimo da categoria. Formulado o anteprojeto, teve início a tramitação junto ao legislativo para a aprovação da Lei. A primeira providência foi enviar o anteprojeto para o então deputado federal mineiro Murilo Badaró. A

partir daí seguiu-se um esforço de enviar correspondência para todos os deputados e senadores, com vistas a obter apoio ao projeto, o que surtiu um bom efeito sendo o anteprojeto aprovado em três comissões: de Legislação Social, de Justiça e de Economia. Quando chegou o momento de ir ao plenário para votação, os representantes dos economistas foram aconselhados a retirar o projeto para impedir que ele fosse vetado. A expectativa era de que, aprovado pela Câmara, o projeto fosse vetado pelo presidente da República, e em tempos como aqueles, de intenso arbítrio e autoritarismo, não era de se esperar que o Congresso derrubasse veto de presidente. O ano era 1970. O presidente Garrastazu Médici. E o projeto foi retirado, na esperança de uma hora melhor, tanto para o país como para os economistas e suas reivindicações classistas.

### **Consolidação do patrimônio das entidades**

Nos primeiros tempos, tanto a SEMG como o SINDECON funcionaram de forma ainda bastante precária, basicamente ancorados na abnegação dos pioneiros da categoria. As entidades tinham estrutura muito simples, as salas eram alugadas em nome dos seus diretores, e os funcionários administrativos eram apenas 2. Não foi diferente com o CORECON. No entanto, como a criação da 10<sup>a</sup> região passaria a garantir receita própria, os diretores e conselheiros de então decidiram pela compra de um imóvel para a instalação da sede do Conselho. Não havendo disponibilidade de recursos para a aquisição da sede, os economistas envolvidos com as entidades decidiram procurar os colegas de profissão, por empresas, com o intuito de sensibilizá-los para a causa. E foi assim, através da contribuição pessoal de diversos economistas, que as duas salas da Rua Carijós 141, que por mais de uma década funcionaram como sede do Conselho Regional de Economia, foram compradas.

Na nova sede, as atividades continuaram sendo os encontros e as discussões, e mesmo algum trabalho prático como a declaração de imposto de renda, quando algum associado encontrava dificuldades, conforme se lembra o Dr. Mário Guimarães. Por mais de uma década o Conselho e a SEMG

funcionaram nas salas da Rua Carijós, mas desde a metade nos anos 70 o desejo de mudar as instalações vinha crescendo entre os frequentadores das entidades, não só porque o espaço estava se tornando pequeno, devido ao crescimento da própria categoria e a necessidade cada vez maior de atendê-la adequadamente, como também pelo fato de que o centro da cidade, onde se localizavam as salas vinha se tornando bastante movimentado e conturbado e, com isto, dificultando o acesso dos economistas ao Conselho ou à Sociedade.

A decisão pela mudança da sede foi sendo amadurecida e o CORECON indicou uma comissão para tratar do assunto. Muitas idéias foram cogitadas: o aluguel de novas instalações, a compra de um terreno em local mais apropriado e a construção de uma nova sede, ou mesmo a aquisição de um imóvel já pronto e adequado para o funcionamento das entidades. Nos anos de 1975 e 1976 a questão da mudança da sede esteve na ordem do dia das reuniões dos economistas. Atas de reuniões do Conselho do início de 1975 registram, sem sucesso, a tentativa de aprovar projeto de lei da Prefeitura de Belo Horizonte propondo a doação de terreno ao CORECON. Frustrada esta iniciativa, os economistas tentaram algumas gestões junto ao governador do Estado, à época o Sr. Aureliano Chaves, na expectativa de conseguir melhores frutos. Suas expectativas eram então bastante positivas, inclusive pelo fato do governador ser irmão de um conselheiro ex-dirigente da entidade, o economista Cláudio Vieira de Mendonça.

A intenção de obter ajuda do Estado para a construção de sede própria para o Conselho Regional de Economia fundava-se no fato de que outras entidades do gênero já haviam conseguido apoio neste sentido, como foi, por exemplo, o caso da OAB-MG, que recebera, em doação, do estado de Minas Gerais, o terreno da Rua Albita, onde está instalada a Ordem dos Advogados.

Os anos 70 foram marcados principalmente pela preocupação das entidades dos economistas de MG com a sua rotina administrativa e a consolidação de seu próprio patrimônio. O Conselho, sendo a entidade mais forte do ponto de vista financeiro, lutou com todos os meios disponíveis para conseguir instalar a nova sede na Rua Paraíba, 777, onde funciona ainda hoje a Casa do Economista. O imóvel em questão, ainda em construção no final da década de 70, compreendia uma grande área de vão livre, e duas lojas contíguas, além de uma garagem relativamente ampla. O que mais animou a

comissão encarregada de encontrar o local para a nova sede foi a sua localização, então um trecho ainda bastante tranqüilo da rua Paraíba, no bairro Funcionários, de fácil acesso e cujo preço e condições de pagamento foram naquele momento os mais vantajosos.

Decidida a compra do imóvel em dezembro de 1978, depois de uma longa procura alimentada por posições diversas, processo este que acabou levando à destituição da comissão encarregada de encontrar o imóvel adequado, o problema passou a ser a obtenção dos recursos para a efetivação do negócio. Sem disponibilidade financeira que cobrisse o valor do imóvel, a comissão procurou a Caixa Econômica Federal na tentativa de obter um empréstimo para a compra. Embora a necessidade da sede própria dos economistas não estivesse contemplada na carteira imobiliária da CEF, a presença de alguns economistas no quadro funcional da Caixa acabou facilitando as negociações. Segundo o relato do Dr. Mário Guimarães, o Sr. Cristiano Renault foi quem de fato encontrou a solução para viabilizar o empréstimo. E os avalistas foram o próprio Dr. Mário e o economista Cláudio Chaves de Mendonça.

No início, transferiram-se para a Rua Paraíba, o Conselho, o Sindicato e a SEMG, estes últimos na condição de locatários. Em março de 1981, na gestão do economista Álvaro Fortes Santiago, por motivos relacionados ao contrato de locação, a SEMG se transfere para uma sala alugada na Av. Cristovão Colombo onde permanece até fevereiro de 1982. Só então, a partir da negociação da dívida com o Conselho, na gestão do economista Jafete Abrahão, é que a SEMG se transfere definitivamente para o prédio da rua Paraíba.

Embora a comemoração oficial de compra do imóvel tenha se dado em 12/10/79, com a presença do presidente do COFECON, Jamil Zantut, só em 1984 a sede estava, enfim, reformada e praticamente quitada. As novas instalações da Casa foram comemoradas no dia 26 de abril com o debate intitulado: *"Brasil, pós 25 de abril"* tendo como expositor Bernardo Kucinsky (SP) e como debatedores René Dreifuss, Simão Casassanta e Jafete Abrahão.

## **Tempos de mudança: o Movimento de Renovação dos Economistas**

Em fins dos anos 70, o processo de mobilização da sociedade em prol da abertura do regime havia se intensificado. Os brasileiros, frustrados as expectativas com relação aos benefícios do modelo autoritário, clamavam por mudanças, e a sociedade civil buscava mecanismos de organização e participação diferenciados. Os tempos da abertura política deram novo ânimo ao sindicalismo que, violentamente reprimido no pós-64 havia perdido todo o seu potencial de combatividade.

O fenômeno do chamado Novo Sindicalismo enquanto um novo tipo de organização sindical que propunha uma ação diferenciada daquelas herdadas do populismo ou do peleguismo, já foi amplamente pesquisado e analisado por cientistas sociais renomados como Maria Hermínia de Carvalho, entre outros. No âmbito dos sindicatos de categorias como os profissionais liberais, caso dos economistas, por exemplo, os novos rumos significaram uma ampliação de sua ação sindical para além das questões meramente reivindicativas quanto à remuneração e ao reconhecimento da profissão nas empresas, questões estas que tinham pautado, até então, a atuação das lideranças da categoria.

Os novos rumos da ação das entidades, a partir deste contexto, têm que ser entendidos tendo em vista, de outro lado, a reforma do ensino superior promovida pelos governos autoritários no pós-64 e sua conseqüente ampliação de vagas na universidade brasileira. Os primeiros cursos de economia, fundados a partir do final dos anos 30, foram seguidos, nos 70, por uma série de outros, oferecidos por faculdades particulares estimuladas pela nova orientação para o ensino superior no país. Nesse contexto, também as universidades federais ampliaram a oferta de vagas, o que significou um aumento considerável no número de economistas formados a cada ano, como ainda a conseqüente difusão da profissão e uma evidente ampliação de sua absorção no mercado de trabalho.

Tais considerações têm a intenção de subsidiar a análise, que faremos a seguir do chamado e reconhecido nacionalmente “**Movimento de Renovação dos Economistas**” e sua especificidade em Minas Gerais.

Renovação, nesse contexto, significou sobretudo uma nova forma de entender o papel do economista na sociedade de então e definir suas

responsabilidades. Questões como a importância do planejamento, entendida cada vez mais como uma atitude não apenas técnica mas também política, passaram a preocupar os novos economistas formados em uma conjuntura que, se de um lado assinalava o crescimento da economia do país, de outro via crescer as mazelas sociais como o fruto mais difundido do modelo econômico em vigor, por excelência, excludente e concentrador.

Os economistas críticos ao padrão de acumulação vigente decidiram pela renovação de suas entidades como forma de buscar novos caminhos para o exercício consciente de sua profissão. Sem deixar de estar atentos às exigências do mercado profissional, mas buscando formas de ampliar a participação efetiva dos economistas no planejamento e nas decisões concernentes aos destinos da nação, a política ganhou espaço nestas entidades, a partir de então.

Em Minas, o movimento de renovação aconteceu inicialmente na SEMG pelo fato de ela ser a única entidade da categoria “desatrelada”, o que significava dizer que ela não tinha qualquer caráter oficial, ou que fosse atrelada a qualquer instância burocrática do Estado. Segundo Virgílio Guimarães, um dos economistas envolvidos desde o início com o movimento de renovação, *“a gente tinha, na ocasião, uma concepção de defender as entidades desatreladas”*. Estudantes e economistas recém formados que partilhavam dessa concepção, a de lutar pela autonomia do movimento social tentando desfazer as amarras da estrutura do Estado burocrático-autoritário, optaram por ingressar na Sociedade dos Economistas de Minas Gerais criando espaço, de dentro, para uma renovação da entidade.

Sobre o início do processo de renovação da SEMG vale ressaltar o depoimento de Antonio Maria Claret Torres, economista formado pela PUC e ex-presidente desta entidade, onde ele destaca o fato de que muitos dos estudantes de economia envolvidos neste movimento eram oriundos da Faculdade de Economia da Universidade Católica de MG, atualmente PUC-MG. Tal destaque se deve ao fato de que, em se tratando do ensino da economia, a instituição de ponta em Minas, até o final dos anos 70, era a UFMG. Se observarmos as origens dos economistas envolvidos com as entidades até este momento, veremos que praticamente todos eles haviam se formado nessa instituição.

Na análise de Claret, todavia, a hegemonia começa a ser quebrada quando um grupo de estudantes da Católica, cientes da importância de ocupar este espaço como um canal de expressão dos economistas que combatiam os rumos da política econômica em vigor, se decide por participar efetivamente das reuniões da SEMG, buscando meios de fazer com que também as entidades dos economistas participassem do movimento mais geral de ampliação do espaço democrático na sociedade brasileira.

O movimento dos estudantes da Católica se constituía em duas frentes de luta, conforme o mesmo depoimento citado acima: uma, dentro da categoria; e outra, dentro da escola. E ele tanto foi eficaz que, em se considerando a segunda frente, implantou-se na então UCMG o primeiro currículo com um conteúdo mais crítico da ciência econômica, eivado de uma concepção marxista, que reorientou o ensino da economia naquela Faculdade.

O resultado dessa mobilização foi a decisão de inscrever uma chapa para concorrer à presidência da SEMG, em 1981. Já em 1979, os economistas oriundos da FACE/UFMG haviam se mobilizado para as eleições para presidência da entidade, inscrevendo uma chapa encabeçada por Virgílio Guimarães, que foi derrotada. Esta foi a primeira eleição concorrida da entidade, com a inscrição de outras duas chapas, encabeçadas pelos economistas Cândido de Lima Fernandes e Álvaro Santiago, sendo este último o vencedor do pleito, o que significava uma derrota das posições de centro e esquerda. Na eleição seguinte, para os derrotados era chegada a hora de tentar novamente a presidência da entidade, desta vez, baseados em uma análise diferente da composição de forças e dos objetivos a serem alcançados. O debate em torno da estratégia a ser adotada para concorrer às eleições refletia a ampliação do espaço democrático vivido no país e a pulverização das posições à esquerda experimentada neste processo. Levando em conta o espaço do movimento estudantil, que acabava de se reerguer com a reorganização da UNE em 1977, de onde muitos dos jovens economistas eram oriundos, as posições em disputa naquele momento espelhavam concepções da **PEG** e da **Liberdades Democráticas**.

Em termos da ação política a diferenciação residia sobretudo na estratégia a ser adotada: a “Liberdades Democráticas” considerava prudente formar uma chapa de renovação, mas, na medida do possível, fazendo

alianças com as posições de centro de modo a garantir a vitória no processo eleitoral; já os “peguistas” propunham uma radicalização do processo e a tomada das entidades pelas forças de esquerdas, exclusivamente. Intensos debates foram travados nos bastidores sobre as diferentes posições e suas perspectivas. Os debates internos, no seio da esquerda, levaram à vitória da posição mais conciliatória, quando nas reuniões que aconteciam então no auditório da Editora Vega, na Rua Guajajaras, os peguistas foram convencidos a não lançar chapa própria, já que a inscrição de duas chapas de oposição certamente significaria a derrota do movimento de renovação.

O resultado dessa efervescência foi a eleição mais concorrida de toda a história da SEMG. Três chapas se inscreveram, refletindo diferentes posições políticas, a saber: o apego à tradição de neutralidade das entidades, uma posição de centro, que acreditava na necessidade de uma relativa renovação da SEMG, e a posição à esquerda, que questionava o caráter meramente técnico-profissional das entidades e refletia o anseio por uma maior politização dos órgãos de classe e da sociedade civil, que ganhavam cada vez mais importância no processo de democratização da sociedade brasileira.

A mobilização foi intensa e noticiada nos principais jornais do estado. As três chapas, encabeçadas respectivamente pelos economistas Cristiano Renault, Luiz Rogério Mitraud de Castro Leite e Jafete Abrahão concorreram em dois turnos. No segundo turno, concorreram as duas últimas chapas, que caracterizavam posições de centro e esquerda. Segundo Jafete Abrahão, o segundo turno possibilitou uma revoada geral de votos, quando muitos eleitores migraram de uma para outra chapa. O resultado foi a vitória apertada por apenas 7 votos da chapa “**Matutando**”, que representava a chegada definitiva do movimento de renovação dos economistas na Sociedade dos Economistas de Minas Gerais.

Sobre a vitória da esquerda neste pleito o comentário de Antonio Claret é de que *“foi o Virgílio o grande articulador dessa solução”*, ou seja, a inscrição de uma única chapa, e não duas que expusessem divergências no interior do grupo que buscava a renovação, perspectiva que tinha sido aventada por Claret quando ainda defendia uma chapa mais pura, criticando a perspectiva daqueles representantes de setores da esquerda que se dispunham a praticar alianças com os “emedebistas”, vistos então como forças de centro. A escolha

do nome do economista Jafete Abrahão para encabeçar a chapa “**Matutando**” foi sem dúvida uma decisão acertada naquele momento pois o seu passado político, de militância na esquerda católica, ainda antes do golpe de 64, o avalizava como uma pessoa experiente e coerente, capaz de atrair a simpatia de muitos economistas que fizessem restrições àqueles jovens considerados radicais recém egressos da universidade.

No programa da chapa vencedora estava clara a disposição de utilização do espaço da entidade para promover debates sobre os temas mais candentes da conjuntura, em um momento em que havia uma grande demanda por discussões de toda natureza, principalmente sobre a política. Tal determinação levou à estruturação de um projeto que pode ser visto como uma das mais bem sucedidas experiências da SEMG, e por que não dizer do conjunto das entidades dos economistas: o **Projeto Segunda Seis e Meia**, que marcou época dado o afluxo de público, não apenas de economistas, e o nível dos debates promovidos.

A SEMG, por ser tradicionalmente um espaço de discussão, sempre realizou debates sobre temas pertinentes à categoria, em torno do currículo dos cursos de economia, discussões sobre a teoria micro e macro econômica, ou a tradução de livros. A partir de 1982, todavia, com a eleição do **Movimento de Renovação dos Economistas**, esta entidade abriu espaço para discussões de caráter político e econômico, atingindo seu auge no “**Projeto Segunda, Seis e Meia**”.

Este projeto tinha por objetivo a realização de debates regulares sobre temas relativos à política econômica mineira e nacional, que aconteciam toda segunda-feira. Os debatedores eram escolhidos entre personalidades de projeção nacional, equipes de órgãos públicos ou privados, universidades, na tentativa de se aproveitar e valorizar os estudos dos técnicos mineiros.

O “Segunda, Seis e Meia” não se esgotava na realização dos debates. No dia de cada promoção, a SEMG convocava uma entrevista coletiva à imprensa, ao meio-dia, com os técnicos convidados, sobre os temas em pauta. Isso em si cumpria uma parte do objetivo de circulação das idéias, além de servir como divulgação e promoção.

Pela sua extensão, serão citados aleatoriamente apenas alguns exemplos dos temas debatidos: *“O Brasil na crise econômica mundial”*, realizado no auditório do BDMG em 29/11/82, tendo como expositor Paul Singer e debatedores Maurício Roscoe, Virgílio Veado, Jorge Posada. *“O Brasil após 15 de novembro”*, ocorrido no auditório da FIEMG em 06/12/82, que teve como expositora Maria da Conceição Tavares e debatedores Virgílio Guimarães, Luiz Bernardes e Luiz Maia. *“O momento político brasileiro: avaliação e perspectivas”*, realizado no auditório do BDMG em 01/08/83, tendo como expositor Villas Boas Correa e debatedor René Dreifuss. *“A charge como instrumento de ação política”*, em 19/09/83, ocorrido no auditório da Associação Comercial de Minas, tendo como debatedores os cartunistas Aroeira, Lor, Mário Valle, Nilson, Ricardo, Son Salvador e o jornalista Lélío Fabiano dos Santos. *“Especulação financeira, autoritarismo, corrupção e impunidade”*, realizado no auditório do BDMG em 18/06/84, com a palestra de Eduardo Matarazzo Suplicy.

---

A vitória na SEMG fez com que os ecos do movimento de renovação chegassem em seguida ao Sindicato dos Economistas, onde as eleições para o mandato de 1983/85 marcaram a ruptura com as lutas salariais desprovidas de um caráter político, dando lugar a um sindicalismo mais combativo e com maior disposição para as lutas políticas.

Em primeiro lugar é importante assinalar que o movimento de renovação, no âmbito do Sindicato, promoveu uma expansão na atuação deste órgão de classe para além das demandas com empresas que tinham um maior número de economistas em seu quadro funcional, como era por exemplo o caso da CEMIG, ou do BDMG. Os anos 80, como já foi assinalado anteriormente, foram palco da emergência de um novo tipo de sindicalismo, que privilegiava as lutas políticas e revia, no seu interior, o papel das organizações dos trabalhadores. A reorganização das centrais sindicais, que haviam sido destroçadas com a chegada dos militares ao poder em 1964, deu novo ânimo ao movimento sindical como um todo, que passou a experimentar um embate político profundo, capitaneado pelas posições da CUT e CONCLAT.

A eleição no Sindicato dos Economistas de Minas Gerais para o biênio 1983/85, deu vitória à chapa encabeçada por Virgílio Guimarães, Walter Fouad Cury e Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos, que era a expressão do sindicalismo autêntico daqueles anos. Tomemos o depoimento deste último, que ilustra bastante bem, o novo papel desempenhado pelo Sindicato a partir da vitória do **Movimento de Renovação**: *“Teve um certo tempo aqui que o nosso sindicato, inclusive, funcionava quase que como uma instância de consultoria da sociedade civil, desde o movimento de usuários de ônibus, até entidades sindicais que por várias razões precisavam de assessoria de economistas, para montar programa, para montar pauta de negociação e tal.”* Exemplo disso foi o seminário *“O transporte urbano na Região Metropolitana de Belo Horizonte”*, realizado pela Casa do Economista em setembro de 1989.

Os anos 80 projetaram os economistas mineiros e suas entidades para além do espaço restrito de convivência cordial e pacífica que eles haviam experimentado nos primeiros tempos de sua vida associativa. Se a cordialidade permanecia, mesmo em se tratando de momentos de disputa eleitoral, onde a chamada “velha guarda” vinha perdendo espaço dadas as demandas políticas do momento, os economistas saltavam de uma posição favorável frente as decisões no campo da política econômica do governo, para uma crítica e uma vigilância constante quanto aos seus rumos.

Internamente, a renovação significou inclusive a mudança de estatuto do sindicato, possibilitada pela mudança da Lei N<sup>o</sup>..... que desobrigava os sindicatos à obediência de um estatuto único. Neste momento, o modelo desta organização sindical, até então em vigor, que ressaltava a figura do presidente da entidade, foi substituído pela forma de coordenação, vigente até hoje. Este novo formato da entidade implicou em uma situação que tem sido apontada atualmente, de maneira quase unânime, como um problema: a composição de uma diretoria que exige por volta de 40 nomes. Tal procedimento se justificava, à época, pelo clima de ameaça que ainda existia em um momento político em que a sociedade brasileira vivia os últimos ventos da ditadura. Para evitar qualquer represália contra membros do movimento sindical, largamente praticada pelos empregadores nos anos de autoritarismo, optou-se por ampliar o mais possível a diretoria dos sindicatos já que seus componentes desfrutavam da estabilidade garantida pela lei trabalhista.

Sobre este fato, praticamente todos os depoimentos que tomamos trazem uma avaliação: a de que tal procedimento foi necessário àquela hora, impondo-se com uma prática que garantisse o movimento sindical e as conquistas obtidas por ele no campo profissional e político. No entanto, em um tempo de desmobilização como o atual, esta decisão tem imposto dificuldades para o sindicato, que, até o final da década de 80, a cada eleição precisa mobilizar cerca de 40 economistas para a composição de uma chapa apta a concorrer às eleições. As entidades tiveram, então, sua ação limitada devido ao excesso de componentes da diretoria, em um tempo onde a disponibilidade dos profissionais tem sido cada vez menor. A mudança do estatuto do SINDECON em julho de 1989 pode ser vista como uma tentativa de minorar o problema, ao diminuir de maneira significativa o número de membros da diretoria, agora trabalhando de forma colegiada.

Esse tempo de renovação no âmbito do Sindicato, vale ressaltar, deu lugar à projeção dos economistas mineiros para além do espaço limitado de suas entidades propriamente ditas. Assim, por exemplo, atuando sob as amarras da legislação sindical em vigor, na gestão de Gustavo Adolfo no Sindicato (1985/87) deu-se a aproximação com economistas de outros estados, que compartilhavam da opinião de que era necessário ampliar o espaço político-sindical a nível federal. A estrutura sindical vigente à época impunha a organização dos sindicatos em Federações Nacionais, por categoria, que juntas compunham uma Confederação, no caso a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais. Em meados da década de 80 o **Movimento de Renovação dos Economistas** conseguiu eleger a diretoria da Federação Nacional dos Economistas. Em seu mandato no SINDECON - MG, o economista Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos foi eleito o representante da Federação, junto à respectiva Confederação, com o objetivo de estreitar laços com os representantes dos demais profissionais liberais que compunham a Confederação com o intuito de conferir-lhe novo papel.

Muitas iniciativas aconteceram ainda neste período, no sentido de criar novos espaços de debate e atuação política dos órgãos de representação de classe. O “Conselhinho”, criado em 1984, que reunia, a nível estadual, os Conselhos das diferentes categorias com o objetivo de propiciar a troca de

experiência e informações sobre questões burocráticas pertinentes ao exercício das profissões; e o “Conselhão”, enquanto instância de reunião dos Conselhos Federais, que pretendia ser um espaço de discussão política mais ampla, são exemplos disso.

No final da década de 80 e início de 90, quando o país vivia o aprofundamento da crise econômica e social, os economistas, a quem genericamente se imputava muito da responsabilidade pela situação a que chegara o Brasil, visto os postos de comando ocupados por estes profissionais, deram mostras, através de suas entidades a esta altura já devidamente “renovadas”, de seu compromisso com a democracia. O Conselho Federal de Economia, juntamente com a OAB e o CREA, que compunham o chamado “Conselhão” foram os primeiros a dar impulso ao movimento pela ética na política, passo importante para o impeachment de Collor.

De 1965, quando foi criado, até metade dos anos 80, o CORECON-MG atuou de maneira a fazer cumprir suas atribuições legais. No período de consolidação da estrutura burocrática do Conselho havia a prática de se criar as comissões que deveriam analisar e tomar posições frente a assuntos específicos. Para citar alguns exemplos, temos que no ano de 1968 foi designado um assessor de relações públicas do Conselho (Waldemar Coronha) e aprovada a contratação de um advogado para efetuar a cobrança das anuidades em atraso. Em maio de 1970 a plenária do Conselho deliberou favoravelmente sobre a constituição de uma *Comissão de Fiscalização*, que deveria coordenar a implementação de normas de fiscalização do exercício profissional, e outra de Assuntos Gerais. Também as *Comissões de Política Econômica e de Valorização Profissional* foram criadas regionalmente, por sugestão do COFECON.

Através das atas de reuniões ordinárias do Conselho se observa que foi constituída em abril de 1983 uma *Comissão de Conjuntura*, dada a recessão por que passava o país e a necessidade de acompanhar de perto os fatos, econômicos. Ainda neste ano, no mês de junho foi criada uma nova comissão de *Fiscalização e Ética Profissional*, adequada aos novos rumos da economia e preocupada agora com a dimensão ética da profissão, além da fiscalização. Há que se notar ainda a formação da *Comissão de Imprensa* a partir da

implementação regular do jornal da Casa do Economista. Estas comissões exemplificam a divisão de tarefas dos membros do Conselho para viabilizar um trabalho conjunto e efetivo que se mantém até os dias de hoje.

O CORECON - MG desde o final da década de 70 vem realizando cursos de extensão ou de reciclagem. Esta é uma atividade efetiva do Conselho e com uma frequência que varia conforme a demanda dos economistas. Um curso de extensão bastante procurado e que se constituiu em um referencial na Casa foi o de perícia judicial, que por muitos anos foi ministrado pelo economista Renato Arantes Meirelles tendo frutificado em um livro de sua autoria, lançado em junho de 1985.

Cursos desse tipo até hoje fazem parte do rol de atividades do Conselho e os mais recorrentes são os de reciclagem em economia e perícia econômico-financeira; sistema financeiro, mercado de ações e bolsas de valores; matemática comercial e financeira; contratos e licitações. Em agosto de 1990, em função do Plano Collor, quando o jargão dos economistas dominava os discursos oficiais e a mídia, o Conselho promoveu o *“Curso básico de economia para profissionais na área de comunicação”*, com o intuito de preparar os jornalistas para a divulgação e análise dos fatos e dados da economia

---

As Delegacias do CORECON de Minas Gerais foram criadas através de Resoluções aprovadas pelo plenário e pelo presidente do CORECON. A Resolução n.02, de 29 de janeiro de 1973 criou a delegacia de Itajubá. A de n. 01, de 27 de janeiro de 1975 criou a delegacia de Uberaba. A 11 de outubro de 1976 foi criada a delegacia de Juiz de Fora, com a Resolução n. 08. A Resolução nº 2, de 25 de outubro de 1976 criou a delegacia de Uberlândia e em 07 de março de 1977 foi criada a delegacia de Montes Claros, com a Resolução nº 06. Nesta mesma data, a Resolução nº 07 criou a delegacia de Poços de Caldas, desativada algum tempo depois. Em 17 de maio de 1983, criou-se a delegacia de São João del Rei, através da Resolução n0.129. Em 18

de maio de 1987 foi criada a delegacia de Itaúna, através da Resolução nº12. A última delegacia criada foi a de Varginha, em outubro de 1996.

As atribuições básicas das delegacias são definidas nas Resoluções que as criam e possuem o mesmo conteúdo, sempre no artigo 4º :

“Art. 4º . A Delegacia terá as seguintes atribuições:

a) Organizar e manter o controle dos economistas registrados no Co.R.Econ - 10ª Região, exercendo a profissão naquele município e municípios sob sua jurisdição;

b) Auxiliar o Co.R.Econ. - 10ª Região na fiscalização do exercício da profissão de economista;

c) Receber os documentos necessários ao registro profissional e encaminhá-los, semanalmente, ao Co.R.Econ. - 10ª Região;

d) Receber anuidades de profissionais residentes naquele município e municípios sob a sua jurisdição e encaminhá-las, semanalmente, ao Co.R.Econ. - 10ª Região;

e) Entregar carteiras profissionais aos economistas, devidamente registrados no Co.R.Econ. - 10ª Região, e residentes no município e municípios sob a sua jurisdição;

f) Prestar outros serviços julgados necessários ao normal funcionamento da Delegacia.”

Vale ressaltar que o Conselho Regional deve fornecer toda a infraestrutura necessária ao funcionamento da delegacia e que ela é instalada onde há uma Faculdade de Economia, salvo em raras exceções.

Sobre a regionalização dos trabalhos do Conselho pode-se afirmar que ela sempre foi um dos objetivos das diferentes gestões do órgão, como atestam vários dos depoimentos recolhidos. No entanto, muitos dos ex-presidentes que ouvimos lamentam o fato de que a regionalização quase sempre cumpriu um aspecto formal - o da criação das delegacias regionais - sem no entanto conseguir envolver efetivamente os economistas do interior do estado nas promoções mais gerais do Conselho em Belo Horizonte.

Por outro lado, é preciso assinalar que o CORECON possui hoje 9 delegacias regionais e que, para efeito deste trabalho, os delegados do interior responderam prontamente o questionário enviado, o que, a nosso ver, atesta

uma preocupação e atenção para com os trabalhos desenvolvidos pelo órgão a partir da capital.

O CORECON enquanto órgão máximo, do ponto de vista legal, de representação da categoria, se faz presente em alguns fóruns do poder público ou da sociedade civil onde a participação do economista tem sido entendida como uma contribuição importante. É o caso, por exemplo, da Junta de Recursos Fiscais da PBH, que conta com a participação de um representante do CORECON desde agosto de 1988, com mandato de 2 anos, e da Junta Comercial de MG, que desde 1980 tem em sua estrutura um membro do Conselho dos Economistas. Além disso, em 1995, a FIEMG, ao criar o Conselho de Política Econômica e Social, do qual participam representantes do meio empresarial e da sociedade civil, convidou o presidente da CORECON para ter assento neste fórum, iniciativa muito bem recebida pelo plenário da Casa do Economista.

Fazem parte das atribuições do Conselho as atividades de promoção e realização de Encontros de discussão sobre economia. Ficou marcado na história do Conselho, poucos anos após a sua fundação, a realização do *III SIMCREP - Simpósio dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais* - em Belo Horizonte, nos dias 17, 18 e 19 de abril de 1972. Este simpósio reuniu centenas de economistas de todo o Brasil na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Os temas do Simpósio foram divididos em 3 blocos: 1) valorização profissional, que tratava da reforma do ensino, do mercado de trabalho, da fiscalização da profissão e do salário profissional; 2) planejamento e desenvolvimento, que discutiu a experiência do planejamento em MG, o financiamento do desenvolvimento econômico brasileiro, a situação da SUDENE e o desenvolvimento do nordeste, e, 3) economia de empresa, refletindo sobre a política tributária e o desenvolvimento empresarial, a realidade da pequena e média empresa na economia brasileira, entre outros temas. Este último bloco deu origem, no final do Simpósio, a uma recomendação de implementação de um fundo especial para a pequena e média empresa.

O *III SIMCREP* foi aberto pelo então governador do estado de Minas Gerais, Rondon Pacheco e contou com a presença de prestigiados economistas da época, como Marcos Vianna (então presidente do BNDE),

Fernando Roquette Reis (Secretário da Fazenda de MG), Henry Guitton (renomado economista francês), Reinaldo Gonçalves (presidente do CORECON-RJ), e tinha como patrono o Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso. Este foi o primeiro simpósio à nível nacional realizado pelo CORECON-MG em Belo Horizonte.

Dada a natureza institucional dos Conselhos Profissionais, criados para fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício da profissão, não é estranho que, no caso das diferentes entidades dos economistas, o “**Movimento de Renovação dos Economistas**”. tenha acontecido de forma gradativa no CORECON. A renovação da SEMG e do SINDECON foram etapas importantes no processo de conscientização da categoria e de politização de sua atuação. Os próprios economistas que lutaram pela mudança de perspectiva na atuação das entidades ao longo da década de 80, viam com reservas a atuação do Conselho, considerado, entre todas as entidades, a mais atrelada. Além disso, como a composição do Conselho era complexa, o receio quanto à incapacidade de renová-la de uma só vez emperrou por algum tempo a decisão dos economistas do **Movimento de Renovação** de disputar espaço neste órgão de classe, mesmo após a implementação de eleições diretas, em 1986, para os conselheiros e presidência do Conselho. Desde então, o plenário, em sua primeira reunião anual, tem o compromisso de referendar a escolha da categoria.

A nível nacional, o processo de renovação teve início no final do ano de 1980, com a eleição do primeiro terço de Conselheiros compromissados com a mudança da instituição e com a resistência ao regime autoritário e ao injusto modelo econômico-social e político brasileiro. No caso do CORECON-MG, a renovação teve seu início com a eleição do terço de 1983.

Ao longo de sua existência, o CORECON teve 18 presidentes, alguns deles com mandato de apenas um ano, outros com mandatos mais longos, como pode ser visto na relação anexa a este trabalho.

Embora na condição de presidente do Conselho, só apareça o nome de uma economista mulher - Rosália Souza Toscano, 1990 - este trabalho não poderia deixar de registrar a importância da participação das mulheres no dia a dia das entidades. Quando da formação dos primeiros economistas no país, a

presença das mulheres era ainda bastante tímida, não obstante, na lista da 1ª turma de formandos do curso de Ciências Econômicas da UFMG, entre 34 homens, estejam os nomes de 3 mulheres.

Pouco a pouco, refletindo as mudanças que se processavam na sociedade com a emancipação feminina, o que significava a profissionalização da mulher, o crescimento do seu nível de consciência social, sua disposição crescente de intervir na vida pública, deixando para trás os limites do campo doméstico, as mulheres passaram a ocupar lugares antes exclusivamente masculinos. Não só os cursos de economia passaram a receber mais mulheres, como no geral, a universidade acolhia cada vez mais este público. Tal fato significou, a partir dos anos 80, quando a presença das mulheres já estava consolidada no campo desta atividade profissional, o crescente interesse pelas formas associativas, que não apenas valorizassem a profissão mas que criassem um novo campo de atuação, tanto no que diz respeito à convivência entre colegas, quanto à possibilidade de viver o processo de construção da cidadania no país. Este processo, vetado por muitos anos em função das agruras do regime militar, foi retomado com a ação dos movimentos sociais, entre eles as entidades de classe - caso da Casa do Economista -, nas quais as mulheres tiveram chance de ampliar sua experiência política.

Embora não tenhamos tido tempo, no âmbito desta pesquisa, de entrevistar as economistas mulheres (que não foram poucas), que com seu trabalho muito contribuíram para o fortalecimento da Casa do Economista, não poderíamos deixar de citar, além de Rosália Toscano, outras economistas mulheres citadas por seus colegas entrevistados, ou cuja atuação foi registrada na pesquisa, através da leitura das Atas de reuniões. São elas: Ana Maria Cury, Rita Margarete de Cássia Freitas Rabelo, Olga Barbosa da Silva Pereira, Eliane Pereira Calaes, Marilena Chaves, Neuza Rocha, Dora Lúcia Fortini, Maria Tereza Villas Boas de Paula, Margarida Maria Souto Fantoni, Suzana Alvarenga Alves de Brito, Suzana Campos de Abreu, Márcia Silveira Barbosa, Concessa Vaz, entre outras, além das três economistas já citadas neste trabalho que, na condição de gerentes executivas, trabalharam séria e intensamente para ampliar o espaço de atuação e de divulgação da Casa. Estas mulheres, em muitos casos, inovaram a rotina dos trabalhos da Casa,

quer no que diz respeito à forma de lidar com o público economista, quer na disposição para buscar uma convivência mais alegre entre os frequentadores da Rua Paraíba, através da organização de eventos, sempre que possível acompanhados de uma comemoração. Sua atuação política se sobressaiu, principalmente no bojo do Movimento de Renovação dos Economistas, quando muitas delas, oriundas do movimento estudantil ou da esquerda católica, continuaram a colocar em prática sua combatividade tanto nas lutas da categoria, quanto na militância político-partidária.

Por exemplo, em sua passagem pela presidência da Casa, a economista Rosália Toscano, por causa do momento político delicado que o Brasil estava vivendo, em função da edição do Plano Collor, adotou a prática de convocar mensalmente a imprensa para debater com os economistas as mudanças econômicas em curso. O objetivo era que os economistas pudessem auxiliar os jornalistas no entendimento da complexidades dos temas da economia, para que estes, melhor embasados, informassem de maneira mais responsável os seus leitores.

### **A Casa do Economista**

Este trabalho, de recuperação da memória das entidades dos economistas, não poderia ser concluído sem que fosse historiada a idéia da Casa do Economista, enquanto uma instância superior que reúne as três entidades até aqui examinadas. A decisão de recuperar a trajetória da SEMG, do SINDECON e do CORECON justifica-se pelo fato de estas entidades terem não só surgido em momentos diferentes, como pelo fato de que também as suas trajetórias foram diversas.

O que pode ser ressaltado, apesar das diferenças de origem, uma vez que a SEMG, enquanto organismo da sociedade civil, constitui-se como uma associação autônoma, e SINDECON E CORECON sejam órgãos concebidos e regidos segundo normas legais previstas na legislação trabalhista, é que desde os anos 60 a intenção da maioria dos economistas que se envolveram com o dia-a-dia das entidades foi a de consolidar a Casa do Economista como referência maior dos profissionais da área.

Se, num primeiro momento a autonomia das três entidades se impôs é porque foi necessária para a afirmação de cada uma. Mesmo assim, no que diz respeito à vida administrativa, desde o início tentou-se criar uma rotina comum para as três. Nos primeiros tempos o funcionamento das entidades era bastante precário, baseando-se na boa vontade de seus primeiros associados. Sua estruturação, registro em cartório, busca de ampliação de seus membros, tudo isto foi dividido entre o grupo já mencionado de economistas que decidiram criar as entidades. Quanto aos funcionários, eles só foram contratados após a criação da 10ª Região do CORECON quando, em função da obrigatoriedade do registro profissional garantiu-se receita própria para as despesas.

Embora autônomas, no entanto, as entidades sempre funcionaram de maneira cooperativa quando, por exemplo, os funcionários do Conselho prestavam serviços também para a SEMG e o Sindicato, quando do início da constituição das três entidades. Conforme o depoimento da funcionária Luci Rodrigues Pedrosa Canals, em 1972, ano em que foi admitida, além dela, como secretária, trabalhava para as entidades apenas um office-boy. Mais tarde, com o fortalecimento do SINDECON e com o aumento dos filiados da SEMG foram contratados funcionários próprios para cada uma destas entidades. Os funcionários, embora trabalhassem no mesmo prédio à rua Paraíba, exerciam suas atividades em lugares distintos e as atribuições de cada um era bastante específica, de acordo com a entidade em que estivesse alocado. A partir de 1995, com a unificação administrativa, os funcionários da Casa do Economista voltaram a trabalhar para as três entidades. De acordo com os relatos dos funcionários entrevistados, a passagem para uma única administração agregou uma maior carga de trabalho, mas foi feita de forma gradativa.

Vale notar que a rotina dos funcionários da Casa não apresenta alterações radicais quando há mudança nas diretorias. As atividades administrativas já são estabelecidas e seguem uma ordem que transcende a uma gestão específica. Há diferença de ênfase em uma atividade ou outra de acordo com a postura de cada presidente, mas a essência do trabalho continua a mesma. Foi possível observar, a partir das entrevistas com os funcionários, que a Casa do Economista é um local que não apresenta alta

rotatividade. Os funcionários permanecem por um longo período, e isso se deve ao bom clima no trabalho, de cooperação e integração, possibilitado pelo número reduzido de funcionários. Com isso, a comunicação se torna mais fácil e direta. A média de permanência dos funcionários na Casa é de 10 anos.

Atualmente a Casa conta com 7 funcionários: Agnaldo Antônio de Almeida, com 11 anos de serviço atuando na fiscalização da profissão; Clotilde Fernandes Pereira, com 3 anos de serviço, como secretária; Darci Maria Coutinho, com 19 anos de serviço tem desempenhado suas funções tanto na limpeza quanto na cozinha, sendo a responsável pelo apoio operacional nas ocasiões festivas; Elíseo Mendes de Azevedo, há 14 anos atuando na tesouraria; Flávio Cardoso Ramos, com 2 anos de serviço como office-boy; Luci Rodrigues Pedrosa Canals, com 25 anos de trabalho na secretaria geral, é a funcionária mais antiga da Casa e zelosa guardiã dos arquivos do Conselho; e Waldir Ferreira Lelis, há 6 anos trabalhando no setor de registros.

Em seus depoimentos, os funcionários atuais mencionaram outros colegas que trabalharam na casa, contribuindo de forma significativa para a organização administrativa das entidades, como o primeiro funcionário das entidades, José Américo Ribeiro e outros: América Ephigênia de Oliveira Santos, César Augusto dos Santos, e Washigton Cançado, o primeiro fiscal contratado pelo CORECON.

A partir de 1984, na gestão de Flávio Valle, houve uma interessante iniciativa do Conselho de contratar alunos dos cursos de economia para trabalharem como estagiários. Esta iniciativa deu origem ao cargo de gerente executivo do Conselho, que foi implementado no ano seguinte. Os cargos são preenchidos por economistas formados e possuem uma função estratégica: a de viabilizar e colocar em prática as propostas de trabalho da presidência, de acordo com o posicionamento de cada mandato, além de tratarem de questões relacionadas à economia no qual a percepção de um economista é necessária - uma espécie de consultor. Foram eles, por ordem de entrada: Marco Aurélio Loureiro (1985), Rodrigo Barroso Fernandes (1986 a 1988), Cristiana Maria Penna Amorim Pereira (1988/9), Denise Portela de Lima Fernandes (1989 a 1994), Débora Ferreira de Alvarenga (1995 até hoje).

No plano das ações das entidades, tradicionalmente, várias delas eram realizadas de forma conjunta, como por exemplo as comemorações em torno

do Dia do Economista. Quanto à imprensa, procurou-se, em determinadas conjunturas, trabalhar com órgãos de divulgação diferenciados, já que o público a ser atingido não era necessariamente sempre o mesmo. O tema da imprensa, dada a sua importância, merecerá, no âmbito deste trabalho, um capítulo à parte.

Outra iniciativa importante das entidades, em meados da década de 80, aproveitando-se da conjuntura favorável e da boa localização da Casa do Economista, foi a decisão de arrendar o espaço do terraço no 3o andar do prédio para a instalação de um bar. A justificativa levava em conta tanto a questão financeira das entidades, que poderiam auferir lucros com a utilização de um espaço ocioso, quanto ao aspecto positivo de se criar um espaço de convivência destinado ao usufruto da categoria.

Apesar do esforço das diversas gestões de cada uma das entidades, o que se constata, todavia, é que as entidades permaneceram, ao longo das décadas de 70 e 80, como entidades autônomas reunidas a partir de 1979 na sede da Rua Paraíba.

Embora o universo de filiados fosse um só, a essência original de cada entidade impunha diferenças quanto ao tamanho de cada uma delas. Assim, o CORECON foi, desde o início, uma entidade que só viu crescer o número de seus filiados, em função da ampliação dos cursos de economia e da obrigatoriedade do registro profissional. O mesmo não aconteceu com as outras, que cresceram ou diminuíram, a depender das diferentes conjunturas políticas, que empurravam para frente ou faziam refluir o movimento sindical ou associações de caráter civil, como a SEMG.

Os números dos associados do CORECON indicam um universo de 422 economistas, em 1969; 1841, em 1979; 4368, em 1989, chegando, em 1997, a um total de 5701 associados. Como se vê, o crescimento mais significativo do Conselho se deu nas décadas de 70 e 80, justamente nos “anos dourados” da profissão do economista, quando difundiu-se e ampliou-se o mercado de trabalho para este profissional.

No SINDECON, em 1969 eram 165 os economistas associados; em 1979, o número cresceu para 859, e em 1989, para 1898 associados. Hoje o Sindicato possui 1910 associados, o que aponta um crescimento insignificante de apenas 12 economistas em um período de 7 anos. Este não é um dado

sem importância e as lideranças da categoria têm se mostrado bastante preocupadas com a atual situação do Sindicato e suas perspectivas para o futuro.

Quanto à SEMG, infelizmente, não foi possível apurar de forma sistemática os números de seus filiados, motivo pelo qual preferimos não indicá-los, já que não fornecem a idéia de conjunto que consideramos importante.

Tendo em vista todas as mudanças conjunturais ocorridas nestas três décadas, a idéia da Casa do Economista esteve sempre colocada como um objetivo a ser alcançado. Algumas iniciativas, nesta trajetória, merecem ser destacadas como é o caso, por exemplo, da *“Proposta de organização das entidades dos economistas de Minas Gerais”*, documento guardado no acervo das entidades, que infelizmente não está datado. Conclui-se, no entanto, pela referência nele contida à recente inauguração da “Casa dos Economistas” (sic), e ao projeto Segunda, Seis e Meia que ele seja do início de 1982.

Trata-se do estabelecimento de alguns princípios básicos e normas gerais de atuação com os quais se procurava atingir os objetivos comuns das entidades através de um trabalho coordenado. Além da proposição da participação ampla e aberta dos economistas de Minas nas atividades das três entidades, propunha-se a gestão colegiada como forma de integração entre elas, o que significa que os posicionamentos das entidades deveriam ser formulados conjuntamente em plenário. E, destaque seja feito à conclamação contida no documento para que os economistas participassem de forma organizada, ao lado de outros segmentos da sociedade da discussão, análise e encaminhamento dos problemas que naquele momento marcavam a nação brasileira.

Para viabilizar esta proposta deveriam ser constituídas comissões permanentes e transitórias, a saber: de mobilização, de ação sindical, de apoio aos movimentos populares, de imprensa e divulgação, e do projeto Seis e Meia, de estudos de conjuntura e de promoções sócio-culturais.

Outro documento que merece ser analisado, na perspectiva da unificação das três entidades, é o trabalho intitulado *“Organização Sindical no Brasil”*, de autoria da diretoria do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais, elaborado por ocasião do *VII Congresso Brasileiro de Economistas*, ocorrido

em Belo Horizonte, em 1987. Nele, além de um histórico da organização sindical no Brasil, está contida uma proposta de ratificação da Convenção 87 da OIT, da ONU, onde foram fixados os princípios de um sindicalismo democrático. Embora signatário da Convenção de 87, o Brasil mantinha engavetada a proposta e, no momento do VII Congresso, quase três décadas após a sua aprovação, os economistas clamavam pela sua aplicação no país, como forma de superar a prática do sindicalismo atrelado ao Estado, prática esta vigente entre nós desde a elaboração da CLT em 1943.

Neste documento, portanto, explicitava-se a necessidade de uma nova estrutura sindical, que superasse o corporativismo, e apelava-se por uma maior liberdade e autonomia dos sindicatos no Brasil. Nele está expresso o entendimento de que, as entidades, tal qual existiam naquele momento (e continuam existindo até hoje...) refletiam a estrutura sindical que se queria ver superada. A formação de uma sociedade civil dos economistas deveria reunir algumas das funções básicas das entidades a serem extintas, e, além disso, passaria a exercer um papel político junto à sociedade, papel este que deveria se dar na medida da organização, consciência e maturidade política de seus membros.

Tais proposições deixam entrever uma disposição que, desde a década de 80, tem sido manifesta com mais intensidade. Embora as três entidades permaneçam existindo, já que a estrutura sindical permanece a mesma, com pequenas alterações, até os dias de hoje, a Casa do Economista tem se firmado, cada vez mais, como a referência maior entre os membros da categoria. Na prática, com a reforma administrativa aprovada em 3/4/1995, o dia a dia das entidades obedece a um planejamento único, e os funcionários, respeitadas as suas habilidades específicas, servem às três entidades da mesma maneira. Desde então, tem-se realizado sessões conjuntas entre as três entidades de forma que qualquer decisão relativa às questões que envolvem os economistas tem sido tomadas de maneira unificada. Também a imprensa da Casa encontra-se unificada, através do Agenda Econômica, que desde 1991 tem se firmado como órgão de divulgação das ações das entidades. Todos os eventos, assim como os congraçamentos têm sido realizados de forma conjunta, ajudando a consolidar a idéia da Casa do

Economista que, entre os estudantes e recém formados já se tornou conhecida como tal.

As manifestações públicas de caráter político mais importantes da categoria aconteceram, na sua maioria, dos anos 80 em diante. Antes disso, as entidades se projetaram principalmente a partir da realização de eventos que proporcionaram ao profissional uma maior integração, a ampliação de seus conhecimentos, o debate sobre temas conjunturais ou mesmo discussões a nível da teoria econômica. Desde a criação das três entidades - SEMG, CORECON e SINDECON - tem sido realizados encontros regionais e nacionais, palestras e cursos de reciclagem, além das atividades de comemoração da Semana do Economista.

Um exemplo de atividade conjunta das três entidades é o *Ciclo de Conferências* ocorrido em agosto de 1975, marcando as comemorações da Semana do Economista. Realizado no auditório da Associação Comercial de Minas, de 04 a 08 de agosto, no período noturno, reuniram-se economistas, autoridades e empresários, para discutir sobre a *“Estratégia de Desenvolvimento do Governo Brasileiro”* e o *“Sistema de Planejamento de Minas Gerais e o Novo Plano de Governo”*. Amplamente divulgado pela imprensa mineira, no *Ciclo de Conferências* estavam presentes os seguintes conferencistas: Paulo Camilo de Oliveira Penna (Secretário de Planejamento e Coordenação Geral<sup>1</sup>), Álvaro Fortes Santiago (Secretário Adjunto de Planejamento), Ronaldo Costa Couto (Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Rio de Janeiro), Admardo Terra Caldeira (Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais), Luiz Rogério Mitraud de Castro Leite (Secretário da Fazenda do Rio de Janeiro), Élcio Costa Couto (Secretário Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República). O jornal “Estado de Minas” de 31/07/75 noticia o acontecimento e considera: *“A promoção do Conselho Regional de Economia e de entidades congêneres é realizada num momento em que ganha dimensão nacional a posição adotada pelas autoridades mineiras e entidades de classe quanto ao processo de desconcentração econômica e industrial e, particularmente, à implantação da*

---

<sup>1</sup> Os cargos citados são relativos ao ano do Ciclo de Conferências - 1975.

*indústria de auto-peças no Estado. Daí o interesse que o seminário vem despertando nos círculos empresariais e técnicos.”*

O debate sobre “*A profissão do Economista*”, em 1978, movimentou a Casa. Preocupados com o espaço de atuação da categoria, nos dias 30, 31 de maio e 01 de junho daquele ano, os economistas se reuniram no auditório da Associação Comercial de Minas para refletirem sobre o campo de trabalho no setor privado e no setor público.

A Casa, em relação à promoção de congressos, realizou o *I Congresso dos Economistas de Minas Gerais*, nos dias 04, 05 e 06/11/83, na Universidade Católica de Minas Gerais. Os temas debatidos estavam ligados às preocupações da época - em meio à crise e recessão. Eram eles: “*Crise brasileira - soluções parciais ou um novo modelo*”; “*Minas no contexto da crise*”; “*O problema do desemprego*”. Resultado do I Congresso foi a elaboração da Carta de Belo Horizonte, em que se percebe uma clara inquietação dos economistas em relação à grave crise econômica e social por que passava o país.

Houve ainda o *II Congresso Mineiro de Economistas*, realizado de 25 a 27/08/89, na PUC-MG, em Belo Horizonte. A temática do Congresso girou em torno das plataformas dos candidatos às eleições presidenciais, no tocante aos problemas estruturais da economia brasileira. Foram montados 2 painéis: “*Crise econômica e transição política: os múltiplos impasses da sociedade brasileira*”, com a exposição de João Antônio de Paula (FACE/UFMG) e do cientista político Luís Jorge Werneck Viana; e “*A crise econômica na visão dos partidos: diagnósticos e propostas*”, com a participação de César Maia (PDT), Aloísio Mercadante Oliva (PT), Luciano Coutinho (PMDB) e Winston Fritsch (PSDB). Também houve neste Congresso uma discussão dos problemas pertinentes à categoria dos economistas, que serviu como base para o posicionamento das entidades mineiras no *Congresso Brasileiro de Economia* ocorrido em Porto Alegre no mês seguinte.

Em 1984, os economistas mineiros lançam o “*Manifesto Pró-Diretas*” onde criticam o modelo econômico vigente, que por sua perversidade vinha gerando uma crise de efeitos sociais dramáticos. Através de suas entidades, os economistas mineiros vinham a público “*para proclamar que a única*

*esperança de reverter esta situação e de pôr fim à corrupção desenfreada ampara-se na possibilidade de a própria nação escolher seu presidente. Não podemos aceitar mais senadores, prefeitos ou presidentes biônicos. Queremos eleger diretamente, com plena liberdade partidária e de propaganda política, os prefeitos das capitais, das estâncias hidrominerais e dos municípios de segurança nacional, as nossas Federações e Confederações Sindicais (observe-se que aqui ainda não se dava o questionamento em torno da própria estrutura sindical). Basta de colégios eleitorais e de atravessadores políticos! Os economistas também estão presentes no mesmo grito popular: DIRETAS-JÁ, AQUI E AGORA!”*

Merecedor de destaque foi também o *VII Congresso Brasileiro de Economistas*, ocorrido em Belo Horizonte, em setembro de 1987, no auditório do Minascentro. A programação, bastante extensa incluiu a presença de debatedores de projeção nacional, conferindo ao evento uma relevância significativa numa conjuntura em que buscavam-se saídas para a crise e alternativas para a retomada do desenvolvimento. Participaram dos trabalhos do Congresso: Edmar Lisboa Bacha (PUC/RJ<sup>2</sup>), Dércio Garcia Munhóz (UnB-DF), Wilson Suzigan (UNICAMP-SP), Clélio Campolina Diniz (CEDEPLAR-UFMG), Paulo Roberto Haddad (FACE-UFMG), Paul Singer (USP e PUC-SP), Paulo Henrique Amorim (jornalista da Rede Globo), Jaime José Puche (Secretário Adjunto do Ministério da Fazenda - México), Afonso Celso Pastore (FEA/USP), Paulo Nogueira Batista Júnior (FGV/RJ), Rogério Furquim Werneck (PUC/SP), João Heraldo Lima (CEDEPLAR/UFMG), César Manoel de Medeiros (Banco do Brasil), Alfredo S. Paisani (CUT), Roberto Campos (Senador PDS/MT), José Serra (Deputado Federal PMDB/SP), Dorothea Werneck (Ministério do Trabalho), Robert Boyer (Sorbonne/ Paris), entre outros, conferindo ao evento grande projeção. Este congresso foi desenvolvido em torno da temática do novo modelo do desenvolvimento nacional, com a definição de temas específicos, como “*A nova ordem internacional e a questão externa*”, “*Preços, salários e distribuição de renda*”, “*A rearticulação dos mecanismos de financiamento*”, “*Políticas setorial e regional*”, “*Estado e desenvolvimento*”, “*As entidades dos economistas, o momento sindical e a*

---

<sup>2</sup> Os cargos dos conferencistas indicados entre parênteses são referentes à época do congresso - 1987.

*constituente*". Conseguindo reunir em torno de 2000 economistas, o Congresso atraiu a atenção dos recém formados bem como aproximou economistas que andavam afastados do Conselho.

Produto do Congresso foi a elaboração da *"Carta de Minas"*, que refletia o conjunto das preocupações dos economistas de todo o país, reunidos em Belo Horizonte naquele mês de setembro. De posicionamento político bastante claro a Carta é um alerta à nação sobre a "gravidade da crise nacional e o inquietante momento político". Nela, os economistas afirmam que a crise *"é caudatária do acúmulo de sucessivos equívocos e desacertos na condução da política econômica, e de demandas sociais não atendidas"*. Como alternativa, já que o conteúdo da *"Carta de Minas"* não continha apenas críticas, os economistas indicavam a urgência de se recuperar o planejamento como mecanismo de política econômica, o que significava: a redefinição de uma política industrial e tecnológica; a reorientação de uma política agrícola; a implementação de uma reforma urbana e dos serviços públicos; a redefinição de uma política regional articulada com as políticas industrial e agrária e a implementação de uma política social que atendesse de fato as necessidades básicas da população, não se configurando apenas como paternalismo de Estado.

O tom duro adotado no documento em questão não deixa qualquer dúvida sobre a posição hegemônica nas entidades da categoria naqueles anos, refletida em seus Encontros e Congressos. Ao afirmar que *"não cabem mais heróicas, incompletas e por vezes insensatas medidas conjunturais; cabe, sim, a urgência das decisões de fundo que afetam, invariavelmente, interesses estabelecidos, e que deveriam estar presentes nos meios políticos brasileiros, a começar pelo Congresso Nacional Constituinte"*, os economistas se posicionam de uma maneira crítica e contundente contra o estado de coisas em nosso país, e clamam por mudanças urgentes.

Este documento, talvez um dos posicionamentos públicos mais importantes dos economistas nos anos 80, tem conteúdo crítico acentuado no que diz respeito às ações governamentais no campo da política econômica e reflete a preocupação externada pelos participantes do Congresso com os rumos do desenvolvimento nacional.

Outra importante posicionamento público dos economistas através do COFECON e CORECONS foi o *“Manifesto dos Economistas ao Congresso e à Nação Brasileira”*, de 25 de agosto de 1992. Trata-se da indignação da categoria frente aos resultados da CPI do caso PC Farias, cujas denúncias apuradas constituem, no seu entendimento, motivos suficientes para o impeachment do Presidente da República, Fernando Collor de Mello. Nas palavras dos economistas, *“a Nação espera e exige punição exemplar para todos os infratores, incluindo o ressarcimento ao Erário dos danos causados, sem prejuízo das demais condenações que lhes possam ser imputadas. Resgatar a ética na política é condição básica para o pleno exercício da cidadania de todos os brasileiros”*.

Embora não seja a função precípua do CORECON, a formação do economista sempre foi tida como uma questão relevante para a entidade, que, desde o início, na medida da disponibilidade dos conselheiros, procurou estar presente nos debates promovidos nas faculdades. Com a implantação da nova grade curricular do curso de ciências econômicas, em 1982, o Conselho passou a promover encontros anuais com as faculdades de economia de MG, para a discussão do caráter pluralista do novo currículo e de suas novas orientações de natureza teórico-conceitual, prática e metodológica, sugerindo, inclusive, reciclagem de seu corpo docente. Tais discussões foram motivadas sobretudo pela criação da ANGE - Associação dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, em 1982.

Assim, a Casa do Economista, preocupada com a relação currículo/mercado de trabalho, promoveu vários seminários sobre o ensino de economia, que foram realizados na capital e em cidades do interior, com o apoio das Faculdades de Economia locais. No *I Encontro Mineiro sobre o Ensino de Economia* ocorrido em Belo Horizonte, de 16 a 18/03/1988, foram montados 4 painéis de discussão: *“O ensino de economia no Brasil: uma avaliação histórica e o novo currículum”*, *“Experiências de reforma do currículum de economia: estudos de casos”*, *“Sugestões para implantação da atividade de monografia”*, *“A formação do economista e seu perfil na sociedade”*. O *II Encontro Mineiro sobre o Ensino de Economia* foi realizado em Viçosa, em agosto de 1988. Os temas versavam sobre a técnica de pesquisa

em economia, a avaliação do novo currículo de economia em Minas, e a produção de monografias. Novamente em Belo Horizonte, na Faculdade Newton Paiva, ocorreu o *III Encontro*, em 17/03/1989, em que foi feita uma análise de algumas disciplinas do currículo de economia, como, por exemplo, economia monetária. Ainda apoiando debates sobre o ensino, a Casa promoveu e participou do *Encontro de Ensino Superior de São João Del Rei* ocorrido de 20 a 22/05/89, em que se aproveitou o momento para reunir todos os delegados regionais e discutir assuntos de interesse das entidades de representação dos economistas.

O Conselho patrocinou, em agosto de 1990, o *Seminário sobre a Economia Mineira*, juntamente com o CEDEPLAR, ocorrido em Diamantina. Lá foi realizado, ao mesmo tempo, o *IV Encontro Mineiro de Ensino de Economia*, onde se reuniram os coordenadores de cursos de várias faculdades, ocasionando um fórum para a discussão dos programas dos cursos, contando com três painéis: “*A atual estrutura dos cursos de economia de Minas Gerais: uma reavaliação curricular*”, coordenado por Rosália Souza Toscano; “*Técnica de pesquisa e monografia: avaliação e recomendações*”, coordenado por Walter Alves Victorino; “*A atividade profissional do economista e o seu papel na sociedade*”, coordenado por Valdemar Servilha. Em São João Del Rei aconteceu o *V Encontro*, em 3 e 4 de outubro de 1991. Neste encontro havia uma preocupação com avaliação do corpo docente e discente e com o currículo dos cursos de economia. Em 1992 o *VI Encontro Mineiro* foi realizado em Juiz de Fora. A Casa do Economista sediou o *VII Encontro Mineiro sobre o Ensino de Economia*, nos dias 20 e 21 de outubro de 1993, cuja palestra de abertura foi proferida pelo professor Paulo Roberto Haddad.

Realizados anualmente e contabilizando 7 Encontros, este foi um esforço da Casa do Economista e das Faculdades de Economia de Minas para a ampla discussão do ensino, que, reflexo do momento vivido, estava - e está - passando por questionamentos que visam o aprimoramento do curso e sua adequação à realidade do final do século.

O hábito dos debates e da reflexão foi sempre uma constante entre os economistas. Em 1988, por exemplo, a Casa do Economista debateu o tema da política econômica em um contexto de alta inflação, analisando as

iniciativas do governo Newton Cardoso, em Minas, e de José Sarney, no âmbito federal. Este debate contou com a presença dos economistas Paulo Haddad, Jafete Abrahão, Paulo Paiva, Maurício Borges e Clélio Campolina. O ano de 1990 foi marcado por um seminário, que resultou em uma publicação da Casa do Economista: *“A indústria mineira na década de 90: avaliação e perspectiva”*. Realizado no alvorecer da década, quando o tema da globalização e das rápidas transformações tecnológicas mobilizava opiniões, o seminário, organizado na gestão da economista Rosália Souza Toscano, fez um balanço da situação mineira em relação ao seu potencial industrial e os investimentos concentrados no estado.

Em setembro de 1992, na gestão do economista Fernando Pimentel, o Seminário “Estado e Planejamento: resgatar a memória, desenhar o futuro”, realizado no auditório do BDMG, foi amplamente divulgado na imprensa, tendo contado com a participação do então secretário estadual de planejamento, Paulo Paiva, do presidente da Associação Comercial, economista Lúcio Bemquerer, dos professores Maurício Borges, Clélio Campolina e Paulo Haddad, todos da UFMG, e do professor José Luiz Fiori, do IUPERJ.

Os eventos - Palestras, Debates, Seminários, Encontros ou Congressos aqui relacionados não esgotam o conjunto das iniciativas da Casa do Economista. A opção por mencioná-los se justifica na medida que, sobre eles, havia material mais abundante nos arquivos da Casa. Certamente muitas outras atividades relevantes foram desenvolvidas nestes 36 anos de história das entidades; o fato é que nem todas deixaram material que possibilitasse o seu registro.

### **Prêmio Minas de Economia**

Evento marcante na história da Casa foi a constituição, em 1988, do **Prêmio Minas de Economia** em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, através do BDMG - Cultural. O objetivo do Prêmio é o incentivo à pesquisa econômica em geral e estudos voltados para a realidade econômica de Minas Gerais. Nele são contempladas tanto pesquisas teóricas quanto aplicadas e a premiação se dá anualmente, em dois níveis distintos:

categoria universitário (trabalhos apresentados por estudantes de graduação de cursos de Economia com sede em M.G.) e categoria profissional (trabalhos apresentados por economistas e profissionais de outra área com pós-graduação em economia e que tratem de temas relativos à economia mineira). Os três melhores trabalhos de cada categoria além de receberem um prêmio em dinheiro têm os seus trabalhos recomendados para edição, o que acontece quando há disponibilidade financeira do BDMG. No caso da categoria universitário, os trabalhos concorrentes são indicados pelos colegiados de curso ou órgãos similares das faculdades onde o curso de Economia é ministrado, com o número máximo de 5 trabalhos inscritos por cada faculdade. Há uma comissão composta por três economistas - indicados pelas entidades promotoras - que julga os trabalhos, e a premiação sai em dezembro. A justificativa para a premiação pode ser encontrada no próprio regulamento do Prêmio Minas: *“Nessa perspectiva [a de incentivar a investigação econômica] as entidades promotoras buscam, de um lado, estimular os estudantes a desenvolverem trabalhos científicos e contribuir com as Faculdades de Economia do Estado de Minas Gerais na implementação da atividade de monografia, que é tarefa obrigatória conforme o curriculum do curso de Economia aprovado pelo Conselho Federal de Educação. De outro lado, procuram fomentar a elaboração de estudos sobre a economia de Minas Gerais, que contribuam para o seu desenvolvimento e elevação do bem-estar da população.”* (Regulamento do 5o Prêmio Minas de Economia de 1992)

Pensado na gestão do presidente do Conselho, Ronaldo Lamounier Locatelli, e do presidente da SEMG, Mauro Santos Ferreira, a realização do Prêmio Minas partiu de um esforço conjunto dos dois presidentes. O depoimento de Ronaldo Locatelli elucida as negociações para a sua implementação: *“Então, eu fui com essa idéia de dar... premiar os três primeiros [estudantes], Minas Gerais... Prêmio Minas de Economia, mas eu ía chamar... ..minha idéia era Fernando Roquete Reis. (...)...e fui ao BDMG e vi Mauro Santos, que era presidente da SEMG. O Mauro falou assim: \_ Essa idéia bate com a minha. Só que a minha idéia... e o BDMG já tinha essa idéia... para profissionais: Prêmio para Profissionais da Economia.. (...) Aí, falamos: \_ Muito bem! O Mauro com a coisa dos profissionais e eu com a coisa do*

*economista, do recém-formado... do final de ano. (...) Juntamos, fizemos o Prêmio Minas de Economia.” (fita 1, lado a)*

A premiação, iniciada em 1988, teve como vencedores os estudantes Rodrigo Ferreira Simões (UFMG) em 1988, com a apresentação da monografia *“Padrões de Crescimento e Dinâmica Espacial: Minas Gerais, 1970/1980”*; Marcelo Resende Allain (UFMG), em 1989, com a monografia *“Financiamento Externo e Crescimento Econômico no Brasil - 1965/85”*; Ana Maria Alves da Silva (UFJF), em 1990, com monografia intitulada: *“Notas sobre alguns elementos psicológicos da análise econômica: um estudo do utilitarismo e do homem econômico racional”*; João Luiz Faustino Marques (UFMG), em 1991, com a monografia: *“Criptoeconomia: uma análise teórica e empírica do fenômeno”*; Cláudio Djissey Shikida (UFMG), em 1992, com a apresentação da monografia: *“Complexos industriais mineiro: identificação e dinâmica econômica”*; Ariaster Baumgratz Chimeli (UFMG), em 1993, com monografia intitulada: *“Economia e meio ambiente: uma investigação sobre a poluição hídrica na bacia do rio Piracicaba”*; Bruno Aguiar Carrara de Melo (UFMG), em 1994, com a monografia: *“Inflação de hiato do produto: verificação da relação empírica do caso brasileiro”*; Luciana Brandão Colares Nogueira (UFMG), em 1995, com a monografia intitulada: *“Mercado e regulação: notas sobre um debate sempre contemporâneo”*; e Mauro Sayad Ferreira (UFMG), em 1996, apresentando a monografia *“Rede de cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista”*.

Na categoria profissional foram premiados em primeiro lugar, em 1990, os economistas José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Maurício Borges Lemos e Ronaldo Lamounier Locatelli, com o trabalho sobre *“Títulos e ciclos na economia mineira”*; em 1992 o economista Eduardo Nunes Guimarães, com a apresentação de trabalho sobre *“As transformações na agropecuária comercial e terciarização - 1970/1980. Área de polarização do núcleo urbano de Uberlândia”*; e em 1995 o economista Eduardo Amaral Haddad, com a apresentação do trabalho: *“The economic structure of Minas Gerais an input - output approach”*.

A iniciativa para a viabilização do Prêmio Minas de Economia pode ser considerada um feliz resultado da parceria entre a Casa do Economista e o BDMG. O Banco de Desenvolvimento desde a sua fundação vem apoiando e

patrocinando variados eventos realizados pela Casa como seminários, congressos, debates, publicações, seja colaborando financeiramente ou cedendo sua estrutura física. Esta parceria não é recente, e o fato do Banco de Desenvolvimento abrigar em seus quadros um número expressivo de economistas certamente contribuiu para estreitar as relações dessa Instituição com as entidades dos economistas. O sucesso dessa parceria se justifica porque o Banco, no intuito de colaborar com o desenvolvimento econômico do estado, tem apoiado iniciativas de análise da economia regional e global; e a Casa do Economista, pela sua natureza, procura promover eventos que reflitam o pensamento sobre questões pertinentes à economia.

### **A imprensa da casa do economista**

Desde a constituição de sua 1<sup>a</sup> entidade, os economistas se preocuparam em criar um órgão de divulgação de suas idéias e atividades. São exemplos disto:

O **BOLETIM da SEMG**, cujo primeiro nº circulou em julho de 1961 e o último, de nº 17 (esta a coleção disponível nos arquivos da Casa), em julho de 1963.

Esta primeira publicação da entidade tinha periodicidade variável, às vezes mensal, outras vezes bimensal. Não encontramos qualquer indicação dos responsáveis técnicos pela publicação e sua aparência, bastante artesanal, dá a impressão de que sua confecção era feita pelos próprios associados. Seu formato era meio ofício, com uma média de 15 a 17 páginas. Em geral, trazia um artigo de mais peso que abria a publicação como por exemplo: “É difícil ser economista”; “A geografia econômica para o economista”; “Da problemática econômica regional brasileira”; “A escassez dos

produtos agrícolas e a inflação brasileira”, além de notícias de interesse dos economistas, uma bibliografia com a indicação de publicações novas que pudessem interessar à categoria. A publicação trazia ainda a indicação de estabelecimentos comerciais conveniados, que davam desconto aos associados da SEMG, informava sobre o horário de funcionamento da secretaria da entidade e tinha uma seção, “Conheça melhor o seu colega”, que a cada número apresentava aos leitores um colega economista, através de uma síntese do seu curriculum. A publicação trazia também a relação dos economistas associados que aniversariavam no mês, e, em épocas de fechamento, o balanço financeiro da entidade.

“**O ECONOMISTA**”, que na década de 70 funcionou como órgão informativo da categoria. O único exemplar encontrado nos arquivos da Casa, o de nº 44, de 1978, não trás qualquer informações sobre sua periodicidade, tiragem ou mesmo responsável técnico. Nos créditos, todavia, encontra-se a informação Ano V, que indica uma existência prolongada desta publicação. O número disponível para análise não permite muitas generalizações, pois tem caráter extremamente oficial, já que publica apenas a Resolução N<sup>o</sup> 03/78, de 21 de agosto de 1978, que *“aprova compra de imóvel destinado à sede própria do Conselho, e dispõe sobre os recursos financeiros necessários”* a Resolução n) 1.445, de 25 de agosto de 1978, que *“dispõe sobre a regulamentação do processo eleitoral instituído pela Lei n<sup>o</sup>. 6.537, de 19.06.78, e fixa período de vigência para o novo sistema eletivo”* além do Relatório Final da Comissão de Licitação (para compra do imóvel da sede) e o novo estatuto da SEMG.

Um segundo **BOLETIM da SEMG**, em novo formato, circulou de abril de 1982 a agosto de 1984, nas gestões dos economistas Jafete Abrahão e

Antonio Maria Claret Torres. Teve periodicidade mensal e uma Comissão de Imprensa, composta por 9 conselheiros, era a responsável pela publicação. De 1982 a 1984, este informativo funcionou como órgão de divulgação dos trabalhos da SEMG exclusivamente. A partir de agosto de 1984, transforma-se no órgão de divulgação das três entidades: SEMG, SINDECON e CORECON, em função da proposta de atuação conjunta e da unificação dos trabalhos e das decisões. “A forma de comissões mantém-se como o meio de desenvolvimento das atividades e a Comissão de Imprensa e Divulgação, única das três entidades, continua responsável pelo Boletim”.

No expediente da publicação está a informação de que “o Boletim da SEMG procura expressar em suas páginas as diferentes opiniões dos economistas mineiros, e que só correspondem necessariamente às posições da Diretoria da SEMG os artigos editoriais ou aqueles que tragam sua assinatura explícita. As diversas contribuições dos associados, através de artigos por eles assinados, são de responsabilidade exclusiva de seus autores, e sua seleção, obedece apenas ao critério de espaço gráfico”.

Exatamente em função dos dizeres do expediente, esta publicação ultrapassava a condição de um boletim voltado apenas para as questões da categoria e da vida associativa. Sua proposta, bastante mais ampla, de fornecer subsídios para o debate das questões da conjuntura, fossem elas de conteúdo econômico ou político, vinha ao encontro das expectativas dos economistas do **Movimento de Renovação**, preocupados com o retorno à democracia no país e o papel que a categoria dos economistas, de maneira organizada, deveria desempenhar neste processo. Para isto, um órgão

informativo que de fato funcionasse como canal de ligação entre os economistas era de fundamental importância.

O novo Boletim da SEMG discutia naqueles anos as eleições no país, a crise da universidade brasileira, o transporte urbano em Belo Horizonte, a mulher no mercado de trabalho em MG, o desemprego, consumo alimentar e nutrição, além de temas econômicos como, a renegociação da dívida externa, a empresa e a crise econômica.

O **JORNAL do ECONOMISTA** substituiu o Boletim da SEMG e circulou por um ano, de dezembro de 1984 a dezembro de 1985, ainda na gestão de Antonio Claret, como órgão de divulgação das três entidades -SEMG, SINDECON e CORECON. Tinha periodicidade mensal ou bimensal e os responsáveis técnicos foram os jornalistas Fernando Miranda e Tereza Borges. Sua linha editorial segue os padrões da publicação anterior e o edital do nº 1 assinala a disposição dos economistas de “participar no debate sobre os rumos a serem dados a economia brasileira”.

O **CENA ECONÔMICA**, órgão de divulgação do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, foi um ensaio de curta duração, pois foram editados apenas 2 nºs, o primeiro, em agosto e o segundo em novembro de 1988. A intenção de seus idealizadores, destacando-se entre eles o economista Ronaldo Lamounier Locatelli, à época, presidente do CORECON-MG, era criar um espaço de reflexão e de opinião sobre questões teóricas e conjunturais da economia. Os economistas de Minas eram convidados a escrever sobre temas da economia nacional ou regional e a publicação reunia estes artigos dando-lhes um formato bastante diferente das publicações anteriores da Casa do Economista. Em tamanho ofício, o Cena Econômica foi

a primeira publicação a utilizar duas cores na edição gráfica. Os editores eram Danilo Penido Andrade e João Luiz Traverso Gonçalves e um conselho editorial de oito membros auxiliava na definição dos temas abordados. Esta iniciativa foi inviabilizada por problemas de ordem financeira, já que a edição, bastante dispendiosa em função do material utilizado na publicação, não contava com nenhum tipo de patrocínio, fosse anúncio publicitário ou apoio financeiro de qualquer empresa ou instituição.

Em 1989, a SEMG, na gestão do economista Mauro Santos Ferreira, editou **OECOS** de Minas. O nº1, do mês de julho, é o único exemplar disponível nos arquivos. A tiragem foi de 4.000 e a jornalista responsável Helena Maria Amorim Dias. Esta publicação demonstrou uma preocupação da entidade com a sua memória ao trazer uma entrevista com o economista e ex-presidente da SEMG, Álvaro Fortes Santiago, além de debater os temas conjunturais de interesse da categoria.

A partir de 1991, na gestão do economista Fernando Damata Pimentel, as três entidades passaram a editar o **AGENDA ECONÔMICA**, que permanece como o órgão informativo da Casa do Economista até os dias de hoje. Esta publicação sofreu com o tempo, alterações de formato, e teve como primeiros jornalistas responsáveis Iris Carolina, Edson Ricardo Teixeira de Melo e Miriam Gontijo.

A tiragem atual é de 6000 exemplares, e a responsabilidade técnica é da jornalista Cândida Borges Lemos. O **AGENDA**, enquanto boletim informativo da Casa do Economista recuperou a idéia de uma publicação da Casa, reunindo novamente as três entidades, e tem se mostrado uma publicação de fôlego, já que sobrevive há mais de 5 anos. O **Agenda** é hoje

um boletim sólido e reconhecido pelo conjunto da categoria, tendo possibilitado efetivamente a aproximação entre os economistas de todo o Estado e as suas entidades de classe.

Esta publicação contempla questões específicas da categoria, como serviços e convênios, além de trazer entrevistas com economistas mineiros e de outros estados. Há ainda uma grande preocupação em noticiar os encontros e simpósios da categoria, como forma de manter os economistas em dia com a dinâmica das entidades e da profissão.

Com a intenção de possibilitar um maior conhecimento dos economistas entre si, o Agenda hoje publica a seção “Perfil”, onde mensalmente um colega é apresentado aos leitores, através de uma pequena entrevista.

### **Considerações finais**

Os questionários enviados aos economistas associados ao CORECON tinham por objetivo traçar um quadro da situação atual destes profissionais, tanto no que diz respeito às oportunidades do mercado de trabalho, quanto à sua relação com as entidades de classe. Recebemos de volta apenas 60 questionários, em um universo de 5700 que foram remetidos como encarte do Agenda Econômico. Sua análise, embora limitada pelo número de respostas, permite, a nosso ver, algumas considerações importantes. É o que passamos a fazer:

- das respostas enviadas 16% foram de economistas mulheres e 84% de homens.

- à pergunta sobre se o associado trabalha como economista, 57% responderam que sim e 43% que não.

- sobre se o economista atua no setor público ou privado, 43% afirmaram desenvolver suas atividades no setor público, 40%, no setor privado e 17% em ambos.

- sobre o envolvimento desses associados com as entidades, 26 confirmaram seu envolvimento enquanto 34 disseram não ter qualquer envolvimento.

- em relação à pergunta sobre se o associado, em algum momento, já havia pedido a suspensão ou o cancelamento do registro profissional, 56 economistas responderam que não e apenas 4 responderam que sim.

- sobre se eram também filiados à SEMG e ao Sindicato, entre os 60 associados do Conselho que responderam o questionário, 38 responderam que não; dos 22 que responderam sim, 12 disseram ser filiados às duas entidades, 3 apenas à SEMG e 7 somente ao Sindicato.

Tais indicações retratam uma situação que a pesquisa já tinha apontado. Se tomarmos o universo dos que responderam, organizando-os por faixa etária, veremos que muitos dos que afirmam não exercer a profissão são jovens recém-formados, que obtiveram o seu diploma nos últimos anos, quando se pode perceber uma retração significativa na oferta de emprego para os economistas.

Das respostas obtidas, embora 43% dos economistas não estejam atuando na área, é curioso o fato de que a grande maioria (93%) faz questão de manter o seu registro profissional. As respostas deixam entrever a importância que é dada a este documento, talvez como forma de manutenção de um status profissional.

A constatação de que apenas 37% destes economistas é associado à SEMG ou ao Sindicato confirma uma impressão de que a maioria dos economistas associa-se ao Conselho pela obrigatoriedade do registro. Como não há a mesma obrigatoriedade com relação às outras duas entidades, seu nível de atração é mais baixo.

Este dado nos parece significativo se pensarmos as perspectivas aventadas por muitos de nossos entrevistados, que apontam para a desregulamentação da profissão, com a extinção dos conselhos profissionais. De fato, a pesquisa sugere uma reflexão sobre o futuro da profissão e das formas atuais de representação da categoria, quando o que se vê é um esvaziamento das entidades. É opinião de vários economistas que novas formas de associação deverão ser pensadas a fim de garantir a coesão da categoria.

Uma outra inferência possível é a de que as atividades desenvolvidas pelas entidades são fruto de um esforço de gerações anteriores que não tem repercutido de maneira significativa junto aos jovens economistas. De fato, a pujança das entidades pode ser melhor percebida quando relacionada a um contexto mais amplo de mobilização social, seja em prol da ampliação do espaço de participação política, seja através da expansão do conceito de cidadania no país.

Dentre as perguntas que demandavam reflexão e opinião dos associados talvez as mais significativas sejam aquelas em que são solicitadas considerações sobre a atuação da Casa do Economista e sobre a obrigatoriedade do registro profissional para o exercício da profissão. As respostas, na sua grande maioria, assinalam uma grande aceitação da obrigatoriedade do registro profissional, visto por alguns como uma verdadeira “certidão de batismo”. Mesmo emitindo críticas a uma postura excessivamente corporativa, as respostas, no geral traduzem esse tipo de atitude. Apenas 7 economistas, no universo de 60 declararam-se contrários à obrigatoriedade, neste caso, tecendo duras críticas ao corporativismo inerente à uma instituição como um conselho profissional.

Quanto à atuação da Casa do Economista, as respostas se dividem de maneira equilibrada entre aqueles que a consideram ruim ou insuficiente (23%), os que julgam sua atuação como razoável, devendo melhorar (28%) e aqueles que a vêem de maneira bastante positiva (27%), considerando que ela tem sido capaz de promover a união da categoria em torno de seus interesses e de atuar como seu porta-voz. 22% dos economistas optaram por não emitir qualquer opinião sobre o assunto.

No que diz respeito à opinião daqueles economistas, envolvidos diretamente com o cotidiano das entidades, seja como conselheiro ou membro das diretorias da SEMG ou do Sindicato, a questão se torna um tanto mais complexa. Por conhecerem mais de perto a dinâmica das entidades, suas amarras do ponto de vista legal, e mesmo, por sua vivência, estes economistas fazem uma análise mais circunstanciada da situação atual das entidades. Muitos questionam o caráter corporativo do Conselho e a função do Sindicato, em um tempo em que a sociedade tende a reconhecer principalmente os sindicatos por ramo de atividade e não mais por categoria profissional. Assim,

a opinião mais frequente é a de que os economistas deveriam reforçar a SEMG, enquanto uma associação de caráter civil, para que ela, agregando a herança do CORECON e SINDECON, possa se transformar em uma Ordem dos Economistas - formato de entidade mais universalmente aceito nos dias atuais.

Também foram recebidos 28 questionários enviados em setembro de 1996 aos formandos das faculdades de economia em todo o estado de MG. Percebe-se uma mudança do perfil do economista, que pretende atuar no setor privado, diferentemente das antigas turmas formadas em economia, que estão alocadas, em sua maioria, no setor público - lugar que demandava maior número de economistas, e que pagava os melhores salários. Hoje, com todos os problemas do setor público, principalmente no que concerne à política salarial do servidor, a preferência dos jovens economistas tem sido pelo setor privado, e principalmente na área financeira, que ainda oferece espaço para a atuação deste profissional.

Dos questionários respondidos, 55% dos estudantes são do sexo feminino. Outro dado que chama atenção é a atuação na área, não apenas dos economistas já profissionalizados mas também daqueles que se preparam para o mercado de trabalho, por exemplo, através dos estágios. 75% dos estudantes que estavam formando em dezembro de 96, responderam que não fazem estágios e tampouco trabalham na área de economia. A falta de espaço no mercado para a atuação do economista é uma constante na avaliação das oportunidades do mercado de trabalho. O campo de atuação é tido unânimemente como restrito, e o fato da grade curricular enfatizar a teoria econômica corrobora com a manutenção da situação. Segundo os estudantes, são poucas as disciplinas que tratam de questões práticas.

Sobre as perguntas relativas ao conhecimento dos trabalhos da Casa do Economista, 77% dos estudantes responderam conhecê-la através de palestras proferidas por seus integrantes. No entanto, a imensa maioria de 96% dos alunos desconhece o propósito da Casa ou a especificidade das entidades que a compõem, ou mesmo quais sejam as suas atividades.

É importante ressaltar que embora tenham sido enviados questionários a todos os formandos das faculdades de Belo Horizonte e do interior, só obtivemos o retorno de 28. Dos questionários respondidos 16 o foram por

estudantes do interior, das cidades de Itajubá e de Itaúna, e apenas 10 por estudantes da capital. Aqueles respondidos em Belo Horizonte foram todos provenientes das Faculdades Integradas Newton Paiva Ferreira. Em 2 questionários não foi possível a identificação da procedência.

Os delegados regionais foram requisitados a responder um questionário voltado às atividades exercidas em suas localidades. Foram devolvidos 4 questionários, em que as opiniões se dividiram. Considerando as dificuldades da delegacia, 2 consideraram inexistentes, enquanto os demais ressaltaram a falta de tempo para dedicar com mais presteza às atividades demandadas e a falta de definição da competência e responsabilidade dos delegados. No que concerne à relação com as faculdades da localidade, as opiniões se dividiram: 2 delegados a consideraram excelente, enquanto que 2 a julgaram insatisfatória. Unanimidade houve sobre a demanda dos cursos de reciclagem: todos percebem que é grande a demanda por cursos deste tipo, mas por outro lado, a oferta é quase inexistente no interior do estado.

As condições administrativas para o trabalho do delegado são tidas como favoráveis, contando com o apoio, na medida do possível, da sede do Conselho e também da faculdade de sua localidade. Com uma infra-estrutura ainda tímida, a atuação das delegacias se restringe, esporadicamente, à comemoração da semana do economista e ao esclarecimento aos recém formados da necessidade do registro profissional. Quanto à ligação com a SEMG e SINDECOS, o que se pode perceber é que o contato é pequeno e que notícias da atuação e realizações destas entidades só são conhecidas através do Agenda Econômica. Os questionários confirmam que a função de delegado regional costuma ser reconhecida, constituindo-se muitas vezes em uma representação de destaque no município.

Dos questionários enviados aos coordenadores de cursos de economia no estado, apenas 5 foram respondidos. Analisando o entrosamento da Casa do Economista com a instituição de ensino que está vinculado, os coordenadores percebem um nível de entrosamento tímido, se dando apenas na ocasião de debates e palestras. As faculdades de economia convidam para palestras e na comemoração da semana do economista membros da Casa e algumas (2 dos questionários devolvidos) não possuem esta tradição. A divulgação das entidades nas faculdades se faz pelo boletim Agenda

Econômico (resposta de 2 coordenadores) ou não existe, de acordo com a opinião de 3 dos 5 coordenadores que responderam ao questionário. Quando indagados sobre a percepção de espaço na Casa do Economista para a discussão de temas relativos ao ensino de economia, a maioria percebe um espaço para este tipo de discussão, mas que ainda pode ser melhorado, devendo as entidades estarem mais presentes, principalmente nas faculdades do interior.

## **ANEXOS**

Durante a realização desta pesquisa, encontramos algumas dificuldades na recuperação dos nomes dos economistas envolvidos na trajetória de suas entidades. A dispersão da documentação do Sindicato e da SEMG exigiu um esforço maior na tentativa de relacionar nomes à gestões e seus respectivos períodos, o que nos levou a montar as listas que se seguem, como forma inclusive de dar reconhecimento aos economistas que sempre deram suporte às entidades.

No caso da listagem de presidentes e vice-presidentes do CORECON, a indicação de três nomes se deve ao fato de ter havido, no período, mudança de vice-presidente. No caso do Sindicato e da SEMG, devido à extensão da composição das diretorias, optamos por indicar apenas os nomes dos diretores.

Quanto à lista dos entrevistados, é importante esclarecer que foi feita uma opção de entrevistar economistas que estiveram na linha de frente das entidades, seja como presidente, ou diretor. O tempo de realização da pesquisa, infelizmente, não permitiu que fossem entrevistados outros economistas, sabidamente importantes, mas que nunca ocuparam cargos de direção. Foram entrevistados ainda os atuais funcionários e os economistas que atuaram como gerentes administrativos da Casa do Economista.

### SOCIEDADE DOS ECONOMISTAS DE MINAS GERAIS PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

- 1961/ 64

Admardo Terra Caldeira

Mário Guimarães Nunes Pinto

- 1965/66

Flávio Raul de Araújo

- 1967/68

Eduardo Furtado de Azevedo

- 1969/70

Élcio Costa Couto

João Luiz da Silva Dias

- 1971 / 79

Rubélio Queiroz

- 1980/ 81

Álvaro Fortes Santiago

José Roberto Martins

- 1982/ 83

Jafete Abrahão

Virgílio Guimarães de Paula

- 1984/ 85

Antônio Maria Claret Torres

Fabício Augusto de Oliveira

- 1986/ 87

José Birchal Wanderley

Mauro Santos Ferreira

- 1988/ 89

Mauro Santos Ferreira

Jafete Abrahão

- 1990 / 92

Cristiana Maria Penna Amorim Pereira

Denise Portela de Lima Fernandes

- 1993

Jafete Abrahão  
Rúbio de Andrade

- 1994/ 95  
Marco Aurélio Crocco Afonso  
Frederico Gonzaga Jayme Júnior
- 1996  
Adriano Míglio Porto  
Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira

## SINDICATO DOS ECONOMISTAS DE MINAS GERAIS

### DIRETORIA

1965 / 67

Rogério de Paula Penna Mascarenhas  
Henrique Oswaldo de Andrade  
Antônio Fernando de Menezes Duarte

1968 / 70

Edson Ferreira de Medeiros  
Antônio Fernando de Menezes Duarte  
Edmar Rodrigues dos Santos

1971 / 73

Edson Ferreira de Medeiros  
Rubélio Queiroz  
Waldevir de Souza Moraes

1974 / 79

Mário Guimarães Nunes Pinto  
João Assunção Costa

Renato Arantes Meirelles

1980 / 82

Mário Guimarães Nunes Pinto

João Assunção Costa

Modesto Ribeiro Pena

1983 / 85

Virgílio Guimarães de Paula

Walter Fouad Cury

Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos

1986 / 88

Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos

Eliane Calaes

Otávio Silva Camargo

1989 / 91

Otávio Silva Camargo

Rita Margarete de Cássia Freitas Rabelo

Maurício Borges Lemos

1992 / 93

Antônio Maria Claret Torres

Pedro Ursine Krettli

Ricardo Fonseca Rabelo

1994 / 95

Pedro Ursine Krettli

Sérgio da Luz Moreira

Otávio Silva Camargo

1996 / 97

Sérgio da Luz Moreira

Maria Neusa Costa

Jorge Enrique Mendonza Posada

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DE MINAS GERAIS  
10ª REGIÃO

1965 / 68

Admardo Terra Caldeira

Luiz Ciríaco Gonçalves (interino)

Antônio Lopes de Sá

1969 / 70

Ivar Vieira Campos

Mário Guimarães Nunes Pinto

1971

Gildásio Esteves Guedes

Mário Guimarães Nunes Pinto

1972

Mário Guimarães Nunes Pinto

Gildásio Esteves Guedes

1973 /75

Eduardo Chiari

Gildásio Esteves Guedes

Luiz Ferraz da Rocha

1976/1977

Edson Ferreira de Medeiros

João Assunção Costa

Antônio Carlos de Albuquerque

1978 / 80

Mário Guimarães Nunes Pinto

Cláudio Augusto Chaves de Mendonça

1981/82

João Assunção Costa

Renato Arantes Meirelles

Flávio Antônio Reis do Valle

1983/84

Flávio Antônio Reis do Valle

Suzana Campos de Abreu

Godofredo José Caldeira Reis

1985/86

Godofredo José Caldeira Reis

Solano Filardi

Jacques Ernest Levy

1987/88

Ronaldo Lamounier Locatelli

Paulo Eduardo Rocha Brant

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

1989

Paulo Eduardo Rocha Brant

Manoel Villas Boas Simões Filho

1990

Rosália Souza Toscano

Márcio Favilla Lucca de Paula

1991/92

Fernando Damata Pimentel

Mário Velloso Costa

1993/94

Mauro Santos Ferreira  
Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos

1995/96  
Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos  
José Birchal Wanderley

1997  
Jafete Abrahão  
Mauro Borges Lemos

1998/99  
Maria Regina Nabuco Brandão  
Rodrigo Barroso Fernandes

Documentos consultados: O movimento de renovação dos economistas e as mudanças necessárias ao sistema COFECON/CORECONS - Luiz Alberto Gomes de Oliveira - Goiânia, 11.2.88).